

2.1 Meandros da implantação do Projeto de Coleta Seletiva

Os mesmos elementos discutidos e apresentados no capítulo anterior ressurgem em 2005 - numa espécie de repetição da estória -, gerando estranhamento por parte dos atuais órgãos do poder público, membros do Conselho Gestor do Projeto de Coleta Solidária: as resistências mútuas entre diferentes grupos de catadores (as). Desta vez, porém, o 'novo grupo' a se reunir à Associação em parceria, formado inicialmente por 12 pessoas, possui trajetória bastante diferente - trata-se de catadores (as) que trabalharam no Ecoponto do Carmo (já referido) por ocasião da implantação da primeira iniciativa de coleta seletiva em 2003 e que, sem apoio e estrutura, na descontinuidade do Projeto, acabaram em uma situação de extrema precariedade. Em outubro de 2005 dependiam inteiramente de um 'perueiro', a quem pagavam o frete, que realizava o transporte do material coletado durante toda a semana, com a condição de ser o único comprador ao preço por ele estabelecido - o que resultava dessa relação de superexploração consistia em uma renda mensal de R\$ 50,00.

Entre os dias 27 e 28 daquele mesmo mês, o grupo (que diante da precariedade vivenciada se reduz a 5 pessoas) é incorporado à Acácia pouco antes do lançamento do novo Projeto, realizando a coleta nas ruas com transporte apropriado, inicialmente no trecho usualmente percorrido, destinando o material coletado ao processamento e venda à Acácia que entra assim como parceira, dividindo sua renda geral na contrapartida do crescimento de um projeto que pretende, em longo prazo, se fortalecer e se expandir para toda a cidade:

Tentamos construir um projeto em que pensasse assim, a coleta seletiva reinaugurada, no mesmo trecho, um novo projeto de conscientização, de convencimento da população, mas já pensando num desdobramento possível, da gente estar pensando em uma cadeia de outros elos produtivos, onde pudéssemos estar gerando outras fontes de trabalho e de renda. (Vera, dezembro, 2005)

A questão da divisão dos rendimentos passa logo a ser polemizada pelos/as associados/as, pois nos primeiros meses de projeto não houve aumento financeiro, apesar

do sucesso do Projeto em termos de produtividade, por conta da inserção de mais pessoas: a renda da Acácia se manteve estável⁷⁸. Essa questão dos rendimentos e as considerações acerca das contrapartidas acabam fazendo ressurgir as discussões em torno da idéia de ‘quem trabalha mais’; a pergunta, no fundo, é: o que nós, da Acácia, ganhamos com isso?

De fora, é nítido, tem dois grupos e a gente tem que trabalhar pra que seja um grupo só e eles têm várias dificuldades porque primeiro o pessoal que fica na rua, eles vão muito pouco pra usina e o pessoal da usina, até a gente chegar lá essa semana passada pra falar o que era coleta, não sabia nem o trecho que o pessoal da rua fazia, então tinha isso, essa questão de achar que eles [na Acácia] trabalhavam muito mais do que o pessoal que tá na rua (...) E eles não conhecem, o pessoal que foi na rua foi lá conhecer o trabalho da usina, sabe como é, mas os que estão ali na usina presos àquele ambiente, também não é culpa deles! Talvez a gente tivesse que ter feito isso muito antes de lançar a coleta. (Camila, dezembro, 2005)

Outro elemento que deixa claras as diferenças entre os grupos (embora institucionalmente só exista um...) e, nesse movimento, aponta para as características específicas que constituem a elaboração da Acácia nesse longo percurso aqui narrado, é a idéia do *espaço associado aos fazeres, aos modos de vida*. Embora seja o combinado, os (as) coletores (as) das ruas não se adaptam ao trabalho de sábado e aos ‘hábitos’ instituídos na usina: ao trabalho absurdo de separação manual de lixo bruto quem, além das pessoas que viveram no lixão, se adaptaria? A questão não seria outra, a de ‘desadaptar’⁷⁹ quem

⁷⁸ O balanço do projeto apresentado e discutido com os (as) trabalhadores (as) - que se reuniram na Acácia - em termos econômicos, referentes ao mês de dezembro estão em anexo. Este balanço está composto, inclusive, por uma auto-avaliação realizada por todos os participantes que revelou, segundo Camila, “posturas auto-críticas (...) em relação a começar na hora e conversa com os moradores, a relação entre os dois grupos, ainda tem uma questão a ser resolvida, que eles ainda não incorporaram que não existe mais dois grupos. Essa foi a discussão que nós fizemos”.

⁷⁹ “(...) um indício bem curioso assim, (...) eles [associados/as] tiveram dificuldade na primeira semana que chegou o material da coleta, chegava o material limpo e eles não sabiam o que fazer! Eles só tinham que separar o que era PET do plástico, papel e eu achei curioso isso, porque eles não sabem lidar... (Camila)

pelo extremo da precariedade, a esses termos se acostumou? *Presenciar alguém comendo lixo/comer lixo é violento, é agressão/agride.*

Tampouco os (as) ex-catadores (as) do lixão se apresentam às ruas e os motivos, depois de tantas traçadas e 'retraçadas' trajetórias, podemos supor, tem a ver com as visibilidades: catador (a) de lixo no lixão desaparece, não é nem gente, mas na cidade, numa roupa boa e sem ninguém saber, 'até parece que são iguais' (numa referência à fala de Lena a respeito dos meninos). A esse respeito, a seguir constam relatos instigados de Camila (dezembro, 2005) e a elucidativa fala de Lena (novembro, 2004):

Camila:

(...) Então o pessoal que trabalha na coleta vai no sábado na usina, é a morte pra eles. Dois ou três não se importam, mas é assim, eles não gostam de mexer com lixo, na coleta é lixo separado, lixo seco, tem uma coisa ou outra que vem suja, então eles não gostam de pôr a mão no lixo, então tem uma moça que passou muito mal lá, inclusive. Eles acham um absurdo o pessoal pegar comida do lixo e comer, eles presenciam isso... São pessoas que antes de entrar na Acácia, eles tavam tirando uma renda baixíssima de, sei lá, 50 reais por mês (...) então são pessoas que estavam, mas que ainda assim não comiam do lixo e pra eles essa questão do lixo é muito violenta.

Lena:

*(...) quando a gente começou discutir sobre associação, cooperativa, a gente começou a falar e começou a fervilhar na cidade [refere-se a 1996], no governo houve muita discussão sobre o lixo e o meio ambiente e a gente, catador. Mas é aquela coisa cultural, o pessoal do lixão tinha receio de ir pra rua, pra gente pensar em coleta seletiva, eles não fariam. Aqui, eu duvido, um ou outro, só se tiver algum novato aqui, num evento pode ter um saco de latinha, eles não vão pegar, imagina! Pergunta pra mim por quê? Porque não é catador nessa hora! Pede pra esses meninos aí ir pra rua: "Me mata, mas eu não vou". Não vai nem a pau! É ruim, heim! Então teve um evento lá na FACIRA [feira agropecuária anual], ninguém quis ir! Ia pra ver, pra ficar lá, **mas catar lixo pra todo mundo ver?** Então é essa a questão. Lá fora, ninguém daqui é catador.*

2.2 Meandros da transição para o estatuto de cooperativa

Nestas falas de Laerte, que entrou em contato com os (as) catadores (as) e com a questão do lixo no município através do Projeto de Coleta, são questionados os protagonismos, o papel de liderança assumido por Lena, a relação de dependência da Acácia em referência ao Daae, o processo descontínuo da elaboração associativa. Ao mesmo tempo, nessa dinâmica de percepção das fragilidades e de seus fatores geradores, considera essa transição como geradora de um espaço para a desconstrução desse quadro, numa certa medida. Seus apontamentos dizem respeito ao lugar constituído de *chefia* de Lena na Acácia e às relações personificadas a barrar a elaboração de um coletivo e de uma autonomia, remetendo ao processo descrito de formação associativa e às reflexões realizadas nesse sentido:

Personalismo:

A primeira avaliação que eu fiz sobre a Acácia é que é uma estrutura viciada, uma estrutura dependente da prefeitura e do Daae e extremamente viciada no sentido da desconfiança. Se você toma a iniciativa em relação à Acácia, que obviamente pela experiência acumulada, vai ferir essa relação, vai colocar em xeque, então se você expõe essa relação, o que acontecia? Ela [Lena] virava as costas, saía de lá, procurava um órgão da administração e costurava esses caminhos alternativos. Então ao invés da relação estar com a gente, que está na responsabilidade... Aliás, eu acho que esse é um problema que não é só em relação à Acácia, enfim, acho que tudo aqui acontece meio dessa maneira, não tinha um encaminhamento de responder ao órgão: toma-se as dores, esse é nome correto e resolve, tenta resolver pra pessoa, sem o entendimento técnico, a discussão técnica, profissional, que essa iniciativa de procurar alguém pra diminuir a dor é parte de um processo incorreto.

Relação Patronal:

Transformar a Associação em cooperativa é importante pra enfrentar essa questão da autonomia, que é a própria questão da evasão, essa rotatividade das pessoas tem muito a ver com isso, com quem dirige a Associação e aí não é um problema da

Helena especificamente, é um problema da cultura. A imposição do pessoal da DRT, qual a questão que eles colocaram, você tinha ali uma Associação que acarretaria com o tempo numa série de processos trabalhistas porque você tem ali uma relação patronal estabelecida, o fato de não ter vínculo empregatício, não significa que não há uma relação patronal, quando há essa relação? Quando tem alguém que manda e alguém que obedece, que é ou era mais ou menos a característica da Acácia de maneira geral, não por um problema da Helena, mas como cultura, ali são famílias, né? (...) Uma construção de uma nova relação com eles, entre eles, eu acho que lá na Acácia existia, hoje talvez menos, mas existia muito esse problema da relação entre eles, então sempre tem alguém que tem a voz de comando e os outros têm uma posição de obediência. (...) eu me lembro que quando nós fazíamos a discussão da coleta seletiva, a Helena deu uma entrevista 'não, a gente pode contratar mais dez pessoas', contratar... Eu não digo que ela faz isso por mal, quem conhece a história de vida da Helena sabe que ela é uma pessoa... Então, é um apego muito grande dela, é a própria vida dela... Isso foi extremamente importante naquele momento, agora é outro.

Autonomia:

A cooperativa é importante nesse sentido, obrigatoriamente você vai ter um processo de diversificação, burocratização... Acho que a transformação da Associação em cooperativa é importante do ponto de vista interno, ela pode, eu acredito nisso, provocar essa mudança interna. Eu acho que a pergunta que foi feita do cidadão, se cunhado é parente, reflete isso - há um mês atrás ele não teria coragem de dizer isso, nem motivo mas, sobretudo, a coragem. (...) A cooperativa tem mais poder de fomentar esse tipo de discussão, a diretoria não pode ser renovada, no processo de eleição os cargos não podem ser ocupados pelas mesmas pessoas, isso vai obrigar, no longo prazo, uma preparação de novas lideranças. Justamente essa busca de autonomia nessa oposição a essa dependência viciada, ela é importante porque a gente tem que pensar aqui o projeto deles, da Acácia, ele tem que ter continuidade, a questão é que o mandato aqui é temporário, a gente tá aqui 3 anos, nem sabe se a atual composição vai ser eleita e o que vem depois (...).

(...) coisa que precisa mudar também, a gente precisa fazer uma discussão na cidade sobre uma legislação municipal que trate essa questão. Foi feito um convênio extremamente precário, a toque de caixa. Nós levantamos aqui os papéis, à Acácia atua há um certo tempo, não tinha uma documentação, uma concessão, não tinha nada... Foi feito agora com o Daae, a toque de caixa pra garantir inclusive que o caminhão passasse pra eles, no início do processo da Coleta Seletiva, aí juntou tudo usina, caminhão, dentro de um projeto, então essa discussão de longo prazo de transferir e garantir essa autonomia pra Acácia não entrou, então por exemplo: manutenção da esteira, quem, então isso eu acho que tem que ser passado pra Acácia, tem um custo? Mas é melhor que esse custo seja passado pra eles, pra implicar nessa autonomia no futuro. Isso é uma coisa, outra - por quantos anos nós vamos conceder a parceria? Nessa renovação a gente quer participar da discussão, sinalizar essa busca pela autonomia, então um dia esses equipamentos um dia vão ser doados pra Acácia?

Economia solidária:

Eu não sou um desses que acham que a Economia Solidária, o cooperativismo é o bem para todos os males, eu não tenho essa visão. Eu acho que é um instrumento importante nessa perspectiva que eu falei de oferecer uma alternativa, a solução pro desemprego, pra renda, é a redução da jornada de trabalho, superação do trabalho (...) e a repartição da riqueza. Economia Solidária é um instrumento pra criar novas ocupações enquanto a gente cria precedentes pra essa revolução pra essa valorização do ócio, pra aflorar as contradições, mas que vai resolver o problema do capitalismo, isso aí, esquece.

•

2.3 Considerações

O fato do Projeto de Coleta Seletiva Solidária constituir-se em termos institucionalmente mais seguros ao reunir, em discussão de sua elaboração, um Conselho Gestor amplo e diversificado ao mesmo tempo em que se pauta financeiramente em recursos suficientes a gerar uma estrutura estável, faz com que possa significar - como elo dessa cadeia produtiva - o impulso de fato para uma repensada gestão do lixo no município. Nesse sentido o projeto ganha extensão, deslocando para esse lugar dos horizontes expandidos suas parcerias assim constituídas: através da participação como parceira, garantida pelo espaço ocupado no Conselho, a Acácia pisa nesse novo território institucional, num ensejo de autonomia. Ao mesmo tempo, como não poderia deixar de ser, ela entra como construtora desse cenário carregada dos traços antigos que a compuseram em todo seu processo. Configura-se assim, a situação já mencionada de descompasso entre seus ritmos internos (os ritmos das reorientações dos fazeres, dos modos de vida numa internalização das mudanças - rumo ao sentido coletivo) e os acontecimentos externos na qual há essa busca de inserção, participação e reconhecimento. É nessa cadência adiantada que talvez Lena se movimente, ajustando, como intermediadora única - e centralizando por conta de tudo o que já discutimos... - seus passos no sentido de acompanhar os movimentos que estão aqui fora. Sua mobilidade, porém, não pode ser caracterizada como responsável pelos imobilismos dos outros ou pelos desconexos e fragmentados processos políticos ligados a uma grande *estrutura degenerante* (Ianni, 2000) que quer permanecer a mesma.

Se a passagem para o 'estatuto de cooperativa', por conta de seus próprios princípios formais, é capaz de se constituir um terreno de realização das mudanças internas no nível das relações, no acerto dos passos com o tempo institucional exigido, os (as) catadores (as) estão diante de mais um enfrentamento nessa vida das batalhas e das duras penas aos aprendizados. Das qualidades desse enfrentamento passa a depender o prosseguimento da iniciativa associativa em suas constantes reelaborações nessa insurgente perspectiva de mudança das ações em relação ao *lixo* que, garimpado pela coleta seletiva vira *material*. Entra em curso, assim, uma mudança no caráter do trabalho: se a Associação passa a receber quantidades suficientes de material, o contato e a relação com o lixo bruto desaparecem, reorganizando hábitos e vivências, além das possibilidades de aumento da

renda, por conta da agilização do processo. Isso numa ponta, indiscutivelmente desenha uma outra situação de trabalho que, no nível local, focalizado (para o qual buscamos olhar, neste trabalho, todo o tempo) tem grande significado, no entanto as relações de exploração em torno da questão do lixo têm base firme num discurso ecológico realizado em favor dos grandes interesses econômicos responsáveis pelo próprio abismo de onde vão resgatar sua mão de obra mais explorada a fornecer matéria-prima barata aos segmentos industriais, “*assim, o catador de lixo atende a vontade do capital ao mesmo tempo em que realiza um serviço ecológico*”. (Magera, 2005, p.176) Não percamos, portanto, essa dimensão dos fatos.

○

Capítulo cinco

Capítulo cinco

Cenários de uma discussão ampliada

1. O fio da meada: a questão do lixo numa perspectiva ampliada

Essa recriação produtiva em torno do lixo coloca sob visibilidade extrema o lado perdulário da sociedade capitalista de consumo. O descartável para alguns segmentos passa a ser imprescindível para outros. Contudo, esta apropriação exige um exercício de relativização cultural; valorização do lixo e desvalorização do coletor.

Delma Pessanha Neves

É torrencialmente que os estímulos, indagações, percepções que passam pelos sentidos do corpo, da mente, do espírito nos chegam na experiência de circular por um lixão a céu aberto. Mas temos que estar atentos para que os mecanismos pré-reflexivos não reencaminhem nosso olhar à fuga das informações e banalizem nossas impressões; para que ultrapassemos o olhar de relance que só vê corpos que se misturam com o que é *inútil* para nós, *restos* de coisas (pessoas como restos) que descartamos no mesmo ato mecânico e impensado - arraigado de construções sócio-culturais que se perdem no tempo passado - de tantas ações. Para que percebamos o humano em ampla dimensão, as pessoas para além de fuçadores de algo que, numa determinada concepção, nos causa repulsa. Ver, para Simone Weil, não é questão de músculos, depende da *atenção*, que é um gesto de desprendimento do automatismo social: "*Compreender com todo o ser, à custa de paciência, esforço e método*". (p. 388)

E é através desse exercício científico e humano que podemos puxar o fio da meada: aponta-se, então, para a questão contraditória do lixo em significações para além dos Dicionários e das definições oficiais inscrevendo-o no campo da cultura em suas relações como um *invento social* plasmado de mensagens e significados simbólicos construídos ao longo de sua história:

A idéia que o sujeito faz do lixo está eivada pelas concepções de mundo e natureza como resultante das determinações históricas objetivas das relações sociais de produção, às quais esse sujeito está submetido e das mediações do universo cultural específico de seu cotidiano pelos quais os homens se vêem no mundo. (Silva, 1993, p. 72)

O que descartamos é indício histórico de tradições e mudanças, pista para a compreensão das sociedades (Burke, 2001), ao mesmo tempo em que revela significações⁸⁰ e as transformações da relação homem-natureza ou de como vemos o mundo ao longo dos tempos (Rodrigues, 1995). Estes dois autores recorrem à história do lixo, centrando a análise na produção e manipulação de rejeitos na antiguidade e na Idade Média para argumentar que a produção de seu significado é social: o lixo só começa a ser afastado na Europa, ao início do séc. XIX. Sua concepção como algo inservível, sujo, poluente, insalubre - o *rejeito*, insere-se na lógica das fragmentações das sociedades pós-industriais, das dicotomias que geram as oposições entre o que é objetivo e subjetivo, corpo e alma, natureza e cultura, salubre e insalubre. Quem vive do lixo ultrapassou, por necessidade, um jogo de opostos e inventou continuidades quando paradoxalmente aprendeu a ver nas sobras finais, um reinício.

É nas sociedades modernas, produzido pela lógica industrial, que o lixo se transforma em problema, gera rejeições, é afastado geográfica e simbolicamente ao mesmo tempo em que evidencia exclusões e traz à tona a inadiável reavaliação, inscrita oficialmente no campo das discussões sobre meio ambiente e cidadania, das lógicas predatórias de produção e consumo que não cessam de gerar miséria. Nos tempos atuais, em curso a denominada globalização neoliberal, observa-se tendências em relação aos riscos gerados pelo aumento do acúmulo de lixo contraditoriamente associado ao advento das novas tecnologias dinamizadoras de produção (Ianni, 1996) geradoras do crescente

⁸⁰ **Lixo:**

Aquilo que se varre da casa, do jardim, da rua e se joga fora. Sujidade, sujeira, imundície. Coisa ou coisas inúteis, velhas, sem valor. (Aurélio Buarque Holanda Ferreira); Qualquer coisa imprestável. (Luiz Sacconi); Tudo o que é varrido de uma casa e se deita para a estrumeira ou para o reservatório portátil conhecido por barril ou lata de lixo. (Fig.) *Escória; ralé.* (Caudas Aulete); Qualquer objeto sem valor ou utilidade, ou detrito oriundo de trabalhos domésticos, industriais etc. que se joga fora; Recipiente próprio para acondicionar lixo, lixeira.

IV - lixo - os resíduos sólidos comuns, ou a essa classificação equiparados, produzidos, individual ou coletivamente, pela ação humana, animal ou por fenômenos naturais, nocivos à saúde, ao meio ambiente e ao bem estar da população urbana, não enquadrados como resíduos perigosos. (PNR - Política Nacional de Gerenciamento de Resíduos Sólidos - versão II, 2002: <www.pnr.com.br> Acesso em: 08/08/2002)

desemprego que lança, por sua vez, à outra ponta do consumo inúmeras pessoas rumo ao sustento:

Esta globalização é a continuação da extorsão de vidas e do trabalho através da escravatura, da expropriação da liberdade humana, dos recursos naturais e do fruto do trabalho de outros seres humanos através do colonialismo e do neocolonialismo dos últimos 500 anos. (Egiziabher, 2004, p.397)

Numa dupla dinâmica de exploração, paralela à produção de processos de exclusões de segmentos inteiros de trabalhadores urbanos e rurais, à imposição da miséria e da paralisação das condições de sobrevivência de milhares de pessoas, a perversa reordenação do econômico coloca em xeque os recursos naturais: constrói-se socialmente a partir daí, sob a mesma orientação que organiza os projetos sociais para a contenção das situações de miserabilidade, uma problemática ambiental (na qual estão inseridos os debates acerca da biodiversidade)⁸¹ forjada num campo de forças contrapostas, norteadora de éticas e revalorizações que vão estruturar políticas e decisões polarizadas pela discussão preservação-utilização do meio natural - o que deve ser preservado-utilizado e de que forma configurando, assim, racionalidades a materializar práticas e mobilizar recursos com base

(...) em um certo consenso sobre a idéia de meio ambiente como um valor, ou seja, como sendo 'um bem comum da humanidade', algo, portanto, que necessita ser cuidado e preservado (...). Portanto, seja na forma de um ser que deve também ter os seus direitos (...) ou entendida como reserva de riqueza, para ser guardada às gerações futuras, o meio ambiente sugere hoje a busca de uma idéia de universalidade que tem a ver com o interesse comum. (Gerhardt; Almeida, 2002, p.17)

Procura-se instituir, nesse contexto, sistematicamente um campo de discussões polarizadas e disputadas sobre meio ambiente, uma marcha rumo à *sustentabilidade*, em meio a uma racionalidade insustentável há pelo menos 30 anos, desde a Primeira Conferência das Nações Unidas sobre o Ambiente Humano em Estocolmo em 1972, cujo resultado foi a criação do *PNUMA* (Programa das Nações Unidas para o Ambiente) a fim

⁸¹ Santos, 2002 c.

de debater os “limites da exploração” (Souza, 2002), com o foco centrado na questão da emissão de gases tóxicos na atmosfera do planeta cujo resultado prático, ao longo dos decorrentes anos, foi a transferência da poluição dos países de Norte para os do Sul...

Vinte anos depois, em decorrência da urgência proclamada pelos diversos embates realizados por grupos populares organizados em defesa do meio ambiente, compreendido, para além de um valor produzido pela mentalidade silenciadora da exploração, como espaço de produção de conhecimentos e culturas tradicionais, ocorre a Conferência das Nações Unidas sobre o Ambiente e o Desenvolvimento ou Cúpula da Terra (*ECO-92*) realizada no Rio de Janeiro, que resultou na elaboração da *Agenda 21 (Agenda Global)* fundamentando a idéia de *Desenvolvimento Sustentável* com objetivos definidos, metas e programas a serem implementados ressaltando a importância do *pensar globalmente e agir localmente*, mas dentro da dinâmica da exploração, mais ‘controlada, consciente’...

Desenvolvimento sustentável é aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer as possibilidades de as gerações futuras atenderem as suas próprias necessidades. Deve significar desenvolvimento social e econômico estável, equilibrado, com mecanismos de distribuição justa de riquezas geradas, bem como ser capaz de levar em consideração a fragilidade, a interdependência e as escalas de tempo próprias e específicas dos elementos naturais. (Relatório de Brundtland, 1987, Comissão Mundial sobre Meio Ambiente – concepção adotada pela Agenda 21⁸²)

Em relação à questão do lixo, o manejo ambientalmente saudável dos resíduos sólidos foi referido na Agenda Global, principalmente, no capítulo 21, onde se enfatiza não só a disposição final ou o reaproveitamento dos resíduos⁸³, mas também sua própria

⁸² <www.agenda21.com.br>. Acesso em: 08/08/2002

⁸³ I. **Resíduos sólidos** – qualquer material, substância ou objeto descartado, resultante de atividades humanas e animais, ou decorrente de fenômenos naturais, que se apresentam nos estados sólido e semi-sólido, incluindo-se os particulados. **Parágrafo Único** - Para os fins desta lei, equiparam-se aos resíduos sólidos: os lodos provenientes de sistema de tratamento de água e esgotos, aqueles gerados em equipamentos e instalações de controle de poluição, bem como os efluentes líquidos cujas particularidades tornem inviável seu lançamento final em rede pública de esgotos ou corpos d’água ou exijam, para isto, soluções técnicas ou economicamente inviáveis; e os resíduos gasosos contidos em recipientes. (Artigo nº 2, PNR - Política Nacional de gerenciamento Resíduos Sólidos - versão II, 2002: <www.pnr.com.br> Acesso em: 08/08/2002)

geração, numa perspectiva de mudança de padrões de produção e consumo⁸⁴. (Juncá, 2004, p. 59) A própria idéia de resíduo, expressão atualmente utilizada tecnicamente, reveste uma nova significação ao usual termo lixo, no sentido em que alude a algo cuja determinada parcela pode ser economicamente viável.

No Brasil cria-se, em 1997, a *Agenda 21 Nacional* e a *CPDS (Comissão de Políticas de Desenvolvimento Sustentável)* que desencadeiam levantamentos e análises diversas criando o campo das discussões, pautadas no discurso da *parceria entre Estado e Sociedade Civil*, sobre geração e destinação de resíduos sólidos, focalizando a elaboração de manuais com diretrizes técnicas para manejo responsável de resíduos; implantação de experiências de coleta seletiva; capacitação de recursos humanos; responsabilização dos produtores; disseminação de informações. Em 1998, por iniciativa da Unicef implanta-se o *Fórum Nacional Lixo e Cidadania* - desde então órgãos governamentais, ONGs e diversas entidades representativas da sociedade civil discutem a gestão do lixo urbano no país em crítica à estrutura produtiva e aos padrões de consumo, elaborando caminhos no sentido técnico e de reversão de hábitos, atitudes e valores.

Instauram-se, nesse movimento, *Fóruns Estaduais* (em 2005 atingiram um terço dos estados brasileiros) que, mantendo as características locais, centram-se na realização de diagnósticos para fundamentação de propostas estaduais e a extensão de parcerias com catadores (as) organizados (as) em associações e outros setores ligados à gestão do meio ambiente a fim de avançar, no nível legislativo, em favor da sua inclusão no processo produtivo por meio do reconhecimento da atividade da catação. Revela-se, nesse contexto, seu trabalho nos lixões e nas ruas anunciando, em sua precariedade, a amplitude da questão.

Como resultado destas mobilizações organiza-se o 1º Encontro Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis em junho de 2001, em Brasília na primeira edição do *Fórum Social Mundial* (momento aglutinador dos novos movimentos sociais de resistência tecidos em suas particularidades em cada local do globo), a partir do qual se constituiu o *MNCR (Movimento Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis)* cuja principal conquista foi a regularização, em 2002, da *atividade de catador* pelo Ministério do

⁸⁴ Há o exemplo do programa de redução do lixo, a conhecida *Hierarquia dos 3 R* (reduzir, reaproveitar e reciclar) numa contraposição à lógica que inventa necessidades, em que o conceito de pessoa confunde-se com o de consumidor e onde consumir significa ser livre e possivelmente feliz.

Trabalho e do Emprego, inscrita na CBO⁸⁵. Após o encontro de Brasília, seguiram-se um segundo encontro em 2003 em Caxias do Sul (RS) – o I Encontro Latino Americano de Catadores e Catadoras de Materiais reunindo 800 participantes do Brasil, Uruguai e Argentina e, mais recentemente, em janeiro de 2005, do II Encontro Latino Americano⁸⁶, com a participação de 1000 pessoas.

No horizonte destas discussões, a figura de (a) catador (a) de lixo passa por uma redefinição: mais que estar no sentido de existir marginalmente como um excluído social desnecessário e desprovido de capacidades produtivas, como ralé incômoda, os movimentos descritos de forma sucinta anteriormente têm viabilizado a constituição de espaços de ação e de busca que permitem uma dinâmica de posicionamento desses sujeitos num eixo da cadeia produtiva em redesenho de seu lugar social. Esta dinâmica está circunscrita, por sua vez, no universo das discussões exclusão-inclusão/pobreza-cidadania ancoradas num contexto constituído de elaborações e estratégias de âmbito nacional acerca de um projeto de sociedade.

O olhar, as concepções do governo federal - constituídas ideologicamente num campo global de produção acirrada de desigualdades, exclusões e precarizações de todas as ordens - em relação a estas discussões vão definir diretrizes para a implementação de práticas e ações de amplo alcance e balizar discursos pontuados pelas palavras de ordem *parceria e solidariedade-voluntarismo* numa contraposição das idéias de *centralidade e assistência-compaixão* rumo à construção de um Projeto Social restrito ao controle da imensa pobreza gerada no contexto da denominada globalização neoliberal.

•

Situados no campo das interações transnacionais, os processos de globalização têm assumido, nas últimas três décadas, “um caráter multifacetado com dimensões econômicas, culturais, religiosas e jurídicas interligadas de modo complexo” (Santos, 2002a) combinando universalização e eliminação de fronteiras nacionais com particularismo e

⁸⁵ Portaria 397, atividade nº 5192, outubro de 2002: A CBO (Classificação Brasileira de Ocupação) é o documento que reconhece, nomeia e codifica os títulos e descreve características das ocupações do mercado de trabalho brasileiro. Sua atualização e modernização se devem às profundas mudanças ocorridas no cenário cultural, econômico e social do País nos últimos anos, implicando alterações estruturais no mercado de trabalho. (www.novacbo.mteco.gov.br)

⁸⁶ A constituição do MNCR e a apresentação e análise destes encontros, outras manifestações e iniciativas e das diretrizes do MNCR constam ao longo deste trabalho.

diversidade local num jogo de acirramento das desigualdades que provocam exclusões e distâncias sociais em todos os níveis constituindo o que conceitualmente tem-se denominado globalização neoliberal. Compreendida neste estudo como um tenso campo de conflitos entre forças hegemônicas (as grandes empresas e Estados concentradores da renda e das regras de produtividade e circulação de bens) e contra-hegemônicas (grupos sociais em resistência), sua força de coesão fundamenta-se num consenso conhecido por “Consenso de Washington” – local em que, na década de oitenta, foram traçadas pelos países Industrializados de Norte, as políticas de desenvolvimento da economia mundial.

Alicerçado nas premissas de Estado fraco, democracia liberal e primado do direito e do sistema judicial - sua principal idéia-força é a interdependência entre as grandes potências e o primado dos ajustes estruturais sobre os sociais em afirmação dos sentidos de cooperação e integração regionais em níveis produtivos. A imposição deste consenso é realizada através do controle da dívida externa efetuado pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) e pelo Banco Mundial: sobrecarregam-se, numa reestruturação produtiva orientada pela reorganização das diretrizes da divisão internacional do trabalho (processos de mecanização, regulação de salários, flexibilização de horários...) as relações de exploração e precarização características do sistema capitalista lançando milhares de trabalhadores das constituídas periferias e semiperiferias a condições precárias de sobrevivência, ao desemprego, ao universo da informalidade:

No domínio da globalização social, o consenso neoliberal é o de que o crescimento e a estabilidade econômicos assentam na redução dos custos salariais, reduzindo os direitos laborais (...). O objetivo é diminuir o impacto inflacionário dos aumentos salariais. A contração do poder de compra interno que resulta dessa política deve ser suprida pela busca de mercados externos. A economia é assim dessocializada, o conceito de consumidor substitui o de cidadão e o critério de inclusão deixa de ser o direito e passa a ser a solvência. Os pobres são os insolventes (...). Em relação a eles devem adotar-se medidas compensatórias que minorem, mas não eliminem a exclusão, já que é efeito inevitável (e, por isso justificável) [destes processos] (...). (Souza, 2002, p.40)

A mensagem enviada a estes crescentes setores colocados à margem das lógicas produtivas é a de que passaram a ser redundantes na acumulação global de capital à medida

que suas práticas produtivas possuem baixo desempenho e seu poder de consumo é reduzido: são os *apartados* (Nascimento, 1994), os *desnecessários*, sujeitos afastados dos horizontes oficiais por sua pouca importância econômica. Contudo esse processo de exclusão não avança sem encontrar resistência, como temos demonstrado aqui - diariamente através de ações individuais e coletivas diferentes, que vão desde a estratégia imediata de suprimento da vida, a projetos nacionais e globais de resistência que passam por iniciativas locais, organizam-se insistências e resistências.

Segundo Santos (2002b), estas resistências configuram uma *globalização alternativa, contra-hegemônica*

(...) constituída pelo conjunto de iniciativas, movimentos e organizações que, através de vínculos, redes e alianças globais/locais, lutam contra a globalização neoliberal mobilizados pela aspiração de um mundo melhor, mais justo e pacífico que julgam possível e ao qual se sentem ter direito. (...) Em minha opinião, é nesta globalização alternativa em seu embate com a globalização neoliberal, que estão sendo tecidos os novos caminhos da emancipação social. (p.15)

No domínio das políticas sociais, a elegibilidade para prestações de assistência social e apoio a projetos populares estão atreladas às exigências dos ajustes estruturais, emergindo, nesse contexto, projetos e planos de contenção da miséria caracterizados pelo recuo do Estado e responsabilização dos setores empresariais e civis: elabora-se nesse registro a face do chamado “capitalismo bonzinho” (Cattani, 2004), numa recuperação do solidarismo realizada pelos setores dominantes:

Valendo-se das boas e sinceras intenções dos envolvidos, as elites desenvolvem ações localizadas e que, na dimensão pontual, são beneméritas, mas que, na sua essência, preservam os privilégios dessa mesma elite e, sobretudo, preservam os mecanismos reprodutores dos problemas que, aparentemente, estão sendo solucionados. (Cattani, 2004, p. 99)

No Brasil produz-se, nesse ímpeto e diante desse quadro de exploração e abismos traçados no social, por um lado movimentos em resistência, por outro, um projeto de

sociedade pautado num ‘renovado discurso’ no sentido do resgate das solidariedades em potencial que vai fundamentar, por sua vez, o posicionamento oficial diante da questão social, orientar práticas e ações, criar vias de implementação de alternativas de inserção econômica aos níveis de sobrevivência e imprimir mentalidades. É por estas vias que se caminham - estão sendo encaminhados (as) - os (as) catadores (as) de lixo, sujeitos do estudo de caso em questão: no trajeto entrecruzam-se novas trilhas estendidas em parcerias que, num movimento tão complexo e heterogêneo quanto os processos de globalização responsáveis por sua condição de pobreza e tudo o mais que dela decorre, se abrem em possibilidades e alternativas diversas de mudanças num âmbito muito focalizado.

2. Solidariedade em novas roupagens: a questão social do ponto de vista oficial

O interesse público não é apenas dever do Estado, mas é também responsabilidade de todos os cidadãos.
Ruth Cardoso

O abandono do discurso pobreza-assistência-caridade-pena e a articulação de uma fala que pretende construir - no avesso das desigualdades historicamente produzidas - uma *cidadania* [contemporânea] *participativa e responsável* é marca do posicionamento inaugurado pelo anterior Governo brasileiro e compartilhado pelas lideranças atuais diante da questão e inclui elementos e movimentos articulados hoje em níveis globais⁸⁷. Nesse sentido, uma ‘nova cidadania’ - traçada no âmbito das discussões sobre a questão do Estado em dinâmica com a idéia de economia globalizada que sugere, por sua vez, um novo direcionamento das ações sociais colocado pelas relações entre o global e o local - não se limita ao voto, mas se prolonga em ação múltipla e cotidiana dos cidadãos, fundada nas idéias de *responsabilidade e participação*, marcas das “sociedades genuinamente democráticas” (Cardoso).

Tal tendência de caráter múltiplo e descentralizado em direção ao “equacionamento consciente e gradual das exclusões” e seus ecos pretende desfocar, em sua concepção, a

⁸⁷ Em foco a idéia de *globalização humanizante*, orientada no sentido comum dos propósitos entre os governos e a sociedade civil: “Quando toda a boa vontade, os talentos e as capacidades dos setores público, privado e civil puderem ser reunidos, será possível atingirmos progresso notável em relação aos principais desafios globais - em especial a erradicação da pobreza”. Turner/ONU, 2001.

idéia da *ação em si*, inspirada pela vontade de fazer algo para ajudar o próximo e apontar a *causa* em direção ao fortalecimento da comunidade em oposição à idéia de assistência, “*molde antigo cujo planejamento costuma ser orientado pelo emocional*”. (Dohme, 2001):

(...) enfrentar a pobreza e a exclusão significa buscar alternativas ao modelo assistencialista, baseado na mera doação e caracterizado pela ineficiência e obsolescência das políticas sociais, anteriormente centralizadas no Estado. [significa] fortalecer as capacidades de pessoas e comunidades de satisfazer necessidades, resolver problemas e melhorar sua qualidade de vida. (Cardoso, 1999b, p. 38)

Neste campo de referências e no nível do eficiente discurso reformista, claramente inspirado por lógicas produzidas pelos países do centro para as periferias⁸⁸, ganha especial relevância o conceito de *capital social* (Putnan, 2000) que diz respeito às formas de sociabilidade e redes de conexão integradas por pessoas que compartilham sentimentos e atitudes comuns de confiança mútua, pertencimento comunitário, solidariedade e reciprocidade. No sentido das práticas, afinadas aos novos discursos, a idéia aponta para a potencialidade dos grupos: são as energias e capacidades disponíveis a serem *organizadas de forma orientada* em direção à execução de uma ação cidadã:

As pessoas começam de boa vontade e precisam de administração quando se vêem como instituição; normalmente as pessoas não têm esse preparo, então damos consultoria para as organizações. Acreditamos no fortalecimento das instituições que combatem as desigualdades, pela cidadania: nosso objetivo é acabar com a exclusão social e para isso precisamos chamar a ação às lideranças da sociedade – é nisso que acreditamos mesmo. (PUC-SP, 2001 - Agnes Isabela, do programa GESC/1995 de consultoria administrativa voluntária e gestão de novos projetos para “instituições de ação social” sem fins lucrativos).

⁸⁸ Os argumentos utilizados nos principais textos de divulgação do projeto denominado *Comunidade Solidária* inspirados nestas idéias, são construídos a partir de referências bibliográficas e exemplos que pertencem muito mais ao universo histórico-cultural norte-americano, por exemplo, do que ao nosso campo de referências: “*Estudos sobre capital social como os de Robert Putnam demonstram que a existência de laços e conexões entre os cidadãos – habits of the heart (Tocqueville, 1987) – não só alavancam o associativismo cidadão como tendem a tornar as pessoas mais solidárias, honestas e saudáveis, tolerantes da diversidade, sensíveis às necessidades dos mais frágeis, mais capazes de transformar problemas privados em questões públicas (...). assim, virtudes cívicas como solidariedade, reciprocidade, confiança e cooperação para o benefício mútuo são velhas noções que ganham, hoje, novo valor e significado*”. (Cardoso, 1999c)

Em meio a este malabarismo discursivo que aposta em inspirações espontâneas é lançada a proposta, alavancada por diversos projetos, de reformulação social para a elaboração de uma comunidade que seja solidária:

A Comunidade Solidária significa um novo modelo de atuação social baseado no princípio da **parceria** [grifo original]. Somando esforços dentro de um espírito de solidariedade, governo e sociedade são capazes de gerar os recursos humanos, técnicos e financeiros necessários para combater com eficiência a pobreza e a exclusão social. (*O que é a Comunidade Solidária?* www.comunidadesolidaria.org.br)⁸⁹

2.1 As falas que organizam o Programa Comunidade Solidária

Em diálogo com as novas falas, constituem-se espaços e direcionamentos, no sentido de propósitos e motivações para a ação de combate à exclusão, das iniciativas voluntárias: articulam-se com base na idéia de *sociedade civil contemporânea*, “experiente em atuação na área social, indispensável companheira do governo no enfrentamento da pobreza, das desigualdades e da exclusão social”. Os propósitos e motivações propagam-se dentro de “um novo referencial para a ação social que, hoje, já é compartilhado com outros setores, governamentais e não governamentais, dentro e fora do país”. (Cardoso, 1999d). Nesse sentido, o Conselho da Comunidade Solidária

(...) apresenta-se como instrumento de diálogo político e de promoção de parcerias entre Estado e Sociedade para o enfrentamento da pobreza e da exclusão por intermédio de iniciativas inovadoras de desenvolvimento social. (Cardoso, 1999b)

A fim de promover o “encontro da solidariedade com a cidadania”, o programa segue focado na premissa de que combater a pobreza e a exclusão implica, entre outras questões, no “fortalecimento da sociedade civil” em direção a “programas inovadores”, em:

⁸⁹ O que nos interessa aqui não é a análise detalhada do programa *Comunidade Solidária*, mas identificar e apresentar um campo de referência que se constrói como balizador oficial no direcionamento de políticas públicas para equação da exclusão social para problematizá-lo em relação a um estudo de caso específico.

(...) fortalecer as capacidades de pessoas e comunidades de satisfazer necessidades, resolver problemas e melhorar sua qualidade de vida. Baseado nessa idéia, o Conselho da Comunidade Solidária tomou para si a missão de incentivar, promover e apoiar iniciativas de promoção da participação dos cidadãos e de formas inovadoras de mobilização e parceria entre múltiplos atores com vistas a gerar solidariedade social e processos de desenvolvimento humano e social sustentáveis. (Cardoso, 1999b)

O estímulo oficial ao voluntariado, construído e propagado com base na idéia de *sociedade em rede*⁹⁰ disposta através das novas tecnologias de comunicação, alimenta hoje no Brasil a premissa de *sociedade civil forte*, um dos eixos de apoio do programa:

A emergência de uma sociedade em rede, impulsionada pelas tecnologias de informação e comunicação, faz com que grupos e indivíduos estejam em constante interação, o que, por sua vez, abre caminho para formas inéditas de formação da opinião, debate público e envolvimento dos cidadãos e de suas organizações com as questões de interesse comum. (Cardoso, 1990b)

A interlocução política e o implemento dos “projetos sociais inovadores” - *Universidade Solidária; Alfabetização Solidária; Capacitação Solidária; Artesanato Solidário; Rede Jovem* são os outros eixos:

O Programa Voluntários do Conselho da Comunidade Solidária é um programa nacional de articulação, qualificação e promoção do voluntariado. Desde o seu lançamento, em 1997, vem desenvolvendo condições para a disseminação de uma cultura moderna do voluntariado, preocupada principalmente com a eficiência dos serviços e a qualificação dos voluntários e instituições. (www.comunidadesolidaria.org. Acesso em 05/07/2002)

Esta articulação foi viabilizada através dos centros de referência de voluntariado: cerca de 30 centros espalhados pelo Brasil em 2002:

⁹⁰ Sobre mídia e informação, ver Costa (a) e (b), 2000.

São entidades autônomas e independentes, com fortes raízes na realidade local e um compromisso com a construção da sua própria sustentabilidade. Deste modo estarão oferecendo ao maior número possível de cidadãos a oportunidade e o contexto para a expressão de sua generosidade e desejo de participação. (www.comunidadesolidaria.org. Acesso em 05/07/2002)

Não estamos, no entanto, diante de uma singularidade. Este mesmo propósito de ação na direção do combate à exclusão e pobreza também vem sendo crescentemente assumido, na prática e historicamente, por vários outros atores, governamentais e não governamentais, no Brasil e em outros países. Em diversidade, as iniciativas espontâneas das ONGs, fundações empresariais, entidades filantrópicas, clubes de serviços, centros de voluntariado, grupos informais de apoio e auto-ajuda, “respondem a demandas pouco percebidas, dão visibilidade a problemas vividos por grupos vulneráveis da população, testam - ainda que em escala pequena - soluções inovadoras” (Cardoso).

Este exercício de *cidadania participativa*, preceito da “multiplicação de iniciativas privadas com fins públicos” é alardeadaa como uma novidade histórica que impulsiona a “redefinição em profundidade” dos padrões de relacionamento entre Estado e sociedade:

Parcerias envolvendo múltiplos atores não se constituem em alternativa para as políticas sociais de responsabilidade do Estado mas pré-requisito para sua execução com eficiência e equidade. (Cardoso, 1999b)

Esse múltiplos atores compõe as frentes conhecidas como Organizações da Sociedade Civil (OSCs) sem fins lucrativos, que formam o chamado *Terceiro Setor*⁹¹; para diálogo com esses grupos, existe a Rede de Informações do Terceiro Setor RITS) criada pelo programa Comunidade Solidária para “(...) a produção e difusão de conhecimentos e informações sobre as OSCs e seu trabalho”. (www.rits.org). Numa análise crítica dos discursos que pautam a idéia de Terceiro Setor, Silva (2005) o concebe como “*ideologia messiânica salvacionista*” que aglutina, sob a capa da emergência de uma “*nova sociabilidade que ultrapassa o mundo da mercadoria*”, pautada exclusivamente em boas

⁹¹ Sobre uma das origens deste conceito ver John D. Rockefeller, 1978.

vontades e ações altruístas disparadas diante do avanço das políticas neoliberais em seus ‘ajustes estruturais’ numa banalização do termo cidadania que, nessa manobra, é esvaziada e banalizada. Fomentando muitas vezes, como demonstramos, iniciativas associativas e solidárias que só fazem reforçar os padrões de exploração, a ideologia da qual se veste a idéia de Terceiro Setor juntamente com *“todas essas novidades” “(...) edificam, na realidade, uma grande armadilha ideológica que oculta as raízes estruturais do crescente exército industrial de reserva e a conseqüente precarização e flexibilização do trabalho no mundo”*. (p. 18)

De uma perspectiva das transformações do mundo do trabalho, a ordem econômica vigente acirra as exclusões pautadas na relação trabalho-consumo-direitos quando propõe a substituição, por exemplo, da situação de pleno emprego por uma política de plena atividade, com prioridade para políticas focalistas em detrimento às universalistas do tipo *Welfare State*. Com base no que tem sido falado e escrito a partir dos anos 90, o movimento de privatização total de bens e serviços públicos leva a uma necessária - em termos de adequação e regulação - reinvenção do governo. Em meio às redefinições referidas podemos inferir que no Brasil a Comunidade Solidária se propõe como instrumento de interlocução política entre Estado e Sociedade - há um reordenamento, organizado pelos novos discursos, das esferas pública e privada:

(...) o Estado, na condição de gestor se desvencilha de muitas de suas funções específicas tradicionais como bens e serviços, transferindo-os ao mercado e às organizações setoriais ou locais. (Faria, 2000, p.24)

Nesse movimento o Estado-Nação assume a função de mediador, mais do que interventor, entre o global e o local e esta lógica passa a pontuar a administração pública no sentido gerencial e “(...) redefinem-se profundamente as ações de natureza pública e privada, nas mais diversas atividades humanas, no âmbito do Estado e da sociedade civil”. (Squissardi, 1998). Reforça-se, assim, um discurso que ressalta e quer o comprometimento da sociedade civil, o protagonismo dos cidadãos e de suas possibilidades e formas de organização na esfera pública “em fenômeno recente e global” (Cardoso). As esperanças

são lançadas então nesta força, nas mágicas e desinteressadas potencialidades dos cidadãos e empresários direcionadas, por sentidos de ética, responsabilidade, solidariedade, cooperação, consciência súbita, espontaneamente reconstruídos em bases discursivas mais ‘contemporâneas’, à equação da desigualdade.

No campo social sugere-se uma nova *sociedade-providência* acentuada pelas redes de solidariedade que têm sido organizadas e ampliadas no interior das camadas populares: “De fato, a realidade tem apresentado uma tendência, ou mesmo uma primazia dos microinteresses ou microculturas”. (Faria, 2000) Tais redes figuram, em certos casos, como formas de resistência/luta, essencialmente como possibilidade de sobrevivência imediata diante da pobreza como demonstra o estudo em questão: sua potencialidade em termos de resolução de problemas no nível estrutural, das relações de exploração e dominação é nula, mesmo que não possamos preterir a força das transformações operadas no nível dos sujeitos:

Quando a unidade de análise é o indivíduo e o arcabouço teórico utilizado é a Teoria Sociológica Funcionalista da marginalidade.

Portanto, criticar a teoria funcionalista, apontar seus limites, é importante.

No núcleo do raciocínio está presente a idéia de que o sistema social é capaz de incorporar os grupos marginais, e que esta incorporação só pode ocorrer nos moldes da lógica estrutural vigente (capitalismo dependente brasileiro) na sociedade. Trata-se de modificar os indivíduos e não a sociedade, na medida em que não há antagonismos fundamentais entre o TODO SOCIAL e os grupos marginalizados. Toda questão reduz-se, por conseguinte, em ativar o desenvolvimento econômico, abrir canais de participação a amplos segmentos da população, organizar os GRUPOS SOCIAIS CARENTES e canalizar suas reivindicações para os centros decisórios, como se o conjunto destes processos não estivesse fundado em oposições que exprimem interesses (interesses de classes antagônicas) inerentes a uma forma de APROPRIAÇÃO DO EXCEDENTE ECONÔMICO. (Kowarick, L. Capitalismo e Marginalidade na América Latina 1975, p.44) Como “integrar” ao sistema se é ele que cospe?

(Texto de Luiz Felipe Gomes em conversa informal, por e-mail, janeiro de 2005)

3. *Economia Solidária e espaços emancipatórios*

No compasso dos espaços e ideologias⁹² delineados pelo discurso referido figuram, paralelamente - como outras trilhas alternativas do combate às situações de exclusão econômica e encerramento de possibilidades mínimas de sobrevivência - movimentos rumo à implementação de iniciativas associativistas e cooperativistas inscritas no campo da Economia Solidária. Na esfera das discussões epistemológicas onde são delimitadas as reflexões críticas a respeito dos efeitos dos processos excludentes provocados pelos diversos movimentos do capitalismo e na busca de alternativas, as iniciativas associativistas e cooperativas tanto no espaço da teoria social como no terreno das práticas econômicas são há muito debatidas:

Desde as suas origens, no século XIX, o pensamento associativista e a prática cooperativa desenvolveram-se como alternativas tanto ao individualismo liberal quanto ao socialismo centralizado. Como teoria social, o associativismo é fundamentado em dois postulados: por um lado, a defesa de uma economia de mercado baseada nos princípios não capitalistas de cooperação e mutualidade e, por outro, a crítica ao Estado centralizado e a preferência por formas de organização política pluralistas e federalistas que deram um papel central à sociedade civil. (...) Como prática econômica, o cooperativismo inspira-se nos valores de autonomia, democracia participativa, igualdade, equidade e solidariedade (...). (Santos, 2002b, p.31)

Apesar de inúmeras experiências cooperativas terem se expandido pelo planeta - começando pela Inglaterra ainda em meados do século XIX como reação à pobreza e desemprego decorrentes do processo vigente de industrialização que passa a implementar o motor a vapor e as máquinas-ferramenta - dando forma a ações exemplares inscritas no campo da *Economia Solidária*, caracterizado pela não separação entre trabalho e posse dos meios de produção (Singer, 2000), a opinião preponderante nas Ciências Sociais é que estas organizações são intrinsecamente instáveis e não oferecem força no sentido de fazer frente aos setores capitalistas da economia mundial. No entanto, nos últimos anos, diante do

⁹² “A ideologia resulta do processo pelo qual as idéias da classe proprietária dos meios de produção tornam-se dominantes e universais. A classe que domina no nível social, político e econômico exerce também o seu domínio no plano do espírito, a palavra é um instrumento ideológico por excelência”. (Silva, 2005, p.06)

fracasso das economias centralizadas e do acirramento do neoliberalismo, o interesse pelas práticas associativistas tem ressurgido através das falas “ativistas, acadêmicas e de governos progressistas em todo o mundo” (Santos, 2002a). A idéia é renovar - para talvez encontrar novos espíritos (ou fazer emergirem as contradições) - as reflexões no campo das alternativas econômicas de produção e consumo diante de situações de extrema pobreza:

(...) as cooperativas de trabalhadores geram benefícios não econômicos para os seus membros e para a comunidade em geral, que são fundamentais para contrariar os efeitos desiguais da economia capitalista (...) e ampliam a democracia participativa até o âmbito econômico e com isso estendem o princípio de cidadania à gestão das empresas. Semelhante ampliação tem efeitos emancipadores evidentes (...). (Santos, op.cit., p.57)

Nesse sentido, muitos estudos recentes têm apontado para limites - em relação à autonomia nos espaços estruturais - e ganhos, no que se refere às experiências e resgates identitários ou, ainda, nos casos de reação econômica a curto e médio prazos para elaboração de sobrevivência imediata. No estudo de caso em questão, por essas trilhas e espaços, a Acácia caminha, num construir-se em dupla dinâmica: tanto no que diz respeito às articulações no nível dos sujeitos em seus sentidos de pertencimento, coesão, identificação, adaptação, quanto no sentido mais estrutural, o de se *situar e se posicionar* diante dos contextos mais amplos apresentados, entrando em contato, conhecendo, exercitando e se apropriando dos discursos para a fundamentação de um lugar reconhecido como oficial. Um lugar de onde se possam obter elementos para estabelecer *parcerias* no fortalecimento de *redes* de interesses compartilhados no redimensionamento do diálogo com as políticas sociais locais num aprendizado de reelaboração mútua.

Localizada no espaço reinsurgente das iniciativas associativistas compreendidas, numa vertente teórica, como práticas alternativas às forças hegemônicas de dominação, no sentido de resistência e luta por brechas onde inicialmente se possa reorganizar a vida e em meio ao cenário descrito de emergentes movimentos de articulação de redes formadas por grupos em situações diversas de exclusão, a Acácia não se encontra sozinha, como “uma ilha no meio de um monte de interesses” (Lena, 2002). Nesse espaço diverso e contraditório das disputas por inclusão a tônica é que as iniciativas locais encontrem pontes que se estendam na direção da luta numa dimensão mais ampla, a dimensão do *direito*, das

conquistas em âmbito federal, das garantias alicerçadas pela lei, do lugar-espço finalmente delimitado e reconhecido juridicamente como social.

Neste caso específico da questão do reconhecimento do (a) lugar do catador (a) de lixo, a ponte está sendo construída pela organização destes (as) trabalhadores que lutam pela inclusão e reconhecimento de sua atividade em meio a um espaço adverso de sentimentos e não reconhecimentos produzidos na perversa tradição da negação do pobre como sujeito, que inscreve a pobreza no “registro de patologia”, como algo externo ao mundo propriamente social, como *“paisagem que pode provocar compaixão, mas não a indignação moral diante de uma regra de justiça que tenha sido violada”* (Telles, 2002):

Uma vez ‘contaminada’ simbolicamente, a imagem do trabalho de catador afeta negativamente a formação de uma identidade profissional e a conseqüente constituição de subjetividades proativas por parte dos envolvidos nesta tarefa. Construir carreira ou inserção social através da catação não é percebido como um projeto de vida por boa parte dos envolvidos nesta atividade, dificultando a organização viável de cooperativas (...). Isso impede tanto os catadores de melhor se beneficiarem das oportunidades econômicas da reciclagem quanto o sucesso das cooperativas. Há, portanto, nos parece, uma relação entre o significado social do lixo e a não utilização plena do potencial de negócios neste setor. (Carmo, 2003, p. 29)

Acreditamos, nesse nível *do sujeito ao coletivo*, que o enfrentamento dos estigmas e prenoções atribuídos a quem vive da catação deve ser traçado a partir da própria concepção que o (a) catador (a) tem de si: ao se mirar todos os dias num espelho que só revela seu avesso essas pessoas estão impedidas de se considerarem parte de uma estrutura maior, de situar sua atividade e sua vida para além da dura luta diária. Muitos desses sujeitos trabalham sozinhos, vivem no imediato da venda de um material para um prato de comida e se isolam, por vezes, absortos na busca pela sobrevivência nos distantes lixões e nos escondidos das ruas. O trabalho de *conscientização* e resgate da *auto-estima* destes (as) trabalhadores (as) constitui o ponto central das falas do MNCR no sentido de construir coesão: se reconhecer catador (a) é o primeiro passo para a criação de um sentido de grupo, de identificação e conjugação das dificuldades. A primeira ‘bandeira’ do Movimento foi pela conquista do reconhecimento formal da atividade da *catação*, associada à idéia de

preservação do meio ambiente. Com o argumento de que “Nosso trabalho é reconhecido, é profissão”, iniciam-se os esforços para imprimir o auto-reconhecimento do (a) trabalhador (a) no campo dos direitos. Elaborar percepções de luta e resistência coletivas ampliadas rumo à cidadania negada é seu principal objetivo e o caminho encontrado para chegar às ‘instâncias superiores’ é o de organização orientada pelos princípios da *Economia Solidária* que, segundo seu posicionamento político relativo ao imediato das vidas - e da causa, estabelece-se na “contramão do que as pessoas pensam”.

3.1 Nota sobre o contexto regional: 1º Encontro de Catadores (as) de São Carlos e Região

Nos dias 19 e 20 de novembro de 2004 aconteceu no município de São Carlos, localizado cerca de 30 km de Araraquara, o 1º Encontro de Catadores (as) de São Carlos e Região promovido pela Prefeitura Municipal de São Carlos por iniciativa da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Sustentável, Ciência e Tecnologia. O Encontro reuniu 200 pessoas entre representantes e trabalhadores (as) de associações e cooperativas de material reciclável dos municípios próximos Batatais, Ribeirão Preto, Altinópolis, Matão e Araraquara com trajetórias e experiências muito parecidas, representantes do poder público da cidade, empresários da reciclagem, ONGs, professores e pesquisadores.

Estive presente nesse encontro com Lena, Douglas, Márcio (associados à Acácia) e Yara (já referida) e pude perceber a importância, para eles, de sua presença ali tanto em relação à idéia de engajamento - na conscientização da Acácia situada em universo mais amplo - como das diversas trocas de experiências com outras formações associativas. O Encontro também informa muito a respeito do contexto da região em relação à abordagem política frente à questão do lixo expressa na fala do Prefeito de São Carlos, que indica uma *tendência* de busca de soluções para contextos de exclusão no caminho da idéia de associativismo. Optamos aqui por apresentar a dinâmica do Encontro, a fim de detalhar a iniciativa, rica em informações a respeito da abordagem da questão do lixo, envolvendo os (as) catadores (as) da região.

Na abertura do evento, dia 19 pela manhã, estavam à mesa o Prefeito de São Carlos, dois vereadores, um empresário de empresa de reciclagem e uma catadora de lixo: o Prefeito abre o Encontro apresentando o projeto de coleta seletiva do lixo *Futuro Limpo* implementado na cidade há dois anos, após o fechamento definitivo do lixão como “*um extraordinário instrumento de política pública ambiental e sustentável de geração de renda e trabalho, que tem como pano de fundo a idéia de Economia Solidária*”. Traçando um histórico do processo planejado de retirada dos (as) catadores (as) do lixão do município em 2001, ressalta que a coleta seletiva foi implantada na cidade com enorme colaboração destes (as) trabalhadores (as) que fizeram uma campanha porta-a-porta para a orientação da população em relação à separação do lixo. Desde então existem três cooperativas na cidade: Ecoativa, Copervida e Cooletiva (que não é composta de ex-catadores (as) do lixão). No final de sua apresentação, afirma que “*mesmo com a eventual diminuição de renda, neste caso o resgate da dignidade é compensatório*” e conclui, na esteira da “erradicação de focos de exclusão”: “*Estou satisfeito em dizer que em São Carlos não há pessoas vivendo de lixões, em condições subumanas de trabalho*”.

No período da tarde, a fala foi de representantes de empresas que instituíram a coleta seletiva interna e grupos de catadores (as) da região: os representantes das empresas apresentam suas experiências, em tom de *marketing* empresarial, ressaltando a importância desta atitude tanto em termos de política interna sustentável, quanto dos ganhos de competitividade relacionada à aquisição de nova qualificação nos termos dos padrões de qualidade (ISO 14001). Afirmam, ainda, que a prática em questão além de agregar ganhos para as empresas de forma direta, contribui para a educação e conscientização do trabalhador daquele grupo. Toda fala está diretamente vinculada à idéia de *Responsabilidade Social*: a empresa social/ambientalmente responsável, fazendo sua parte.

As cinco Associações presentes na reunião, das cidades - Batatais (composta por 55 associados/as), Ribeirão Preto (15), Altinópolis (14), Matão (17) e Araraquara (53), que somaram 38 trabalhadores (as) no Encontro - apresentaram suas experiências e demandas localizadas em três campos de interesses:

1. Em relação ao *funcionamento técnico e formação*: valores dos materiais, necessidade de parceria e projetos internos (como oficinas de profissionalização e aperfeiçoamento técnico, cursos de alfabetização e ligados à área da saúde e do associativismo), que possam ir além da questão da renda que, em geral, fica entre 200 e 450 reais/mês;

2. Em relação às *relações de trabalho* entre associados: as experiências narradas/compartilhadas demonstram bastante fragilidade e descontinuidade na formação dos grupos, resistências, inaptações e incitam à reflexão a respeito do tempo de amadurecimento necessário para a sedimentação formal de uma atividade que está deixando, num processo ainda bastante incipiente, de ser precarizada em todos os sentidos, o que remete, diante das falas do MNR, s idéias de que a luta adquire grande dimensão nesse campo.

No dia 20 pela manhã estavam presentes cinco representantes de empresas de recicláveis da região que apresentaram, no geral, as especificações do material com que trabalham e, a fim de estabelecer parcerias, expuseram suas exigências em relação ao tratamento do material para compra. Lena chama a atenção para a linguagem muito técnica utilizada pelos empresários que os distancia dos (as) trabalhadores (as) e abre uma discussão acerca da idéia de que os grupos de catadores (as) devem se unir para garantir preços melhores e maior poder de negociação: nesse momento, a distância entre catadores (as) e empresas fica evidente. Na parte da tarde esse sentimento foi o foco da palestra do MNCR, cujo objetivo principal é resgatar a importância da atividade de catador, orientar, esclarecer, capacitar e inserir este profissional em um universo de engajamento e sentido coletivo de luta e resistência.

3.2 *Contraponto*

Estar neste Encontro Regional foi importantíssimo para a configuração desta pesquisa, em um momento, por dois motivos centrais. Em primeiro lugar, acompanhar Lena, Douglas e Márcio nesse movimento de busca por espaços de possível interação, identificação e reconhecimento realizado logo após um tenso e longo período por que

passou a Acácia por conta da paralisação da esteira e em segundo, estar em contato com outros grupos de catadores (as) da região e poder perceber os diversos arranjos denominados associativos. Através do compartilhamento das suas experiências, o que se revelou foram processos predominantemente precários fundamentados em relações de superexploração do trabalho: experiências de total dependência e subserviência em relação ao poder público, como no caso da ‘associação’ de Altinópolis na qual havia na época um presidente ‘de fora’ que mal aparecia e recebia o mais alto *salário*, ligado ao governo que fornecia, a estrutura econômica.

Outro exemplo é a associação de Matão, composta por 13 pessoas que recebiam o lixo bruto em um galpão sem estrutura alguma, que se transformava em ‘um lixão com teto que é bem pior’ segundo uma das trabalhadoras, e eram obrigadas, na contrapartida da ‘estrutura’ fornecida pela Prefeitura, a vender todo o material para um atravessador indicado por esta, aos preços por ele preestabelecidos. Anunciadas, portanto, como solução no duplo equacionamento da miséria e da questão ambiental pelas gestões municipais (tendo como campo de referência estas experiências regionais), as iniciativas associativas de catadores (as) de lixo apenas integram, sob um novo verniz, a cadeia econômica fomentadora dos processos de exclusão em seus diversos aspectos:

Eis a tentadora e curiosa contradição que se anuncia neste enfoque da atividade de reciclagem: modernidade que pode estar se erguendo aa custa de retrocessos, atendimento de necessidades preservacionistas e ambientais acompanhadas de espoliação do trabalhador e perpetuação de mazelas sociais. (Magera, 2005, p.18)

4. *O Movimento Nacional de Catadores (as) de Material Reciclável: reivindicações inclusivas*

Caminhar é resistir e se unir é reciclar

Refrão do Hino dos (as) Catadores (as)

No sentido de compreender a dinâmica do Encontro e da elaboração do discurso, consideramos mais interessante apresentar o MNCR através de suas próprias falas. Trata-se de quatro catadores (as) de lixo de rua de São Paulo e Rio de Janeiro (Carlão, Eduardo,

Roberto, Nanci). Em muitos momentos a platéia intervém para compartilhar opiniões e solucionar dúvidas, mas em geral a atmosfera é de escuta atenta; a palestra, que dura quatro horas, é acompanhada de dinâmicas como gritos de luta e canto dos Hinos dos Catadores⁹³. As falas a seguir são de Eduardo e Carlão.

Eduardo inicia a apresentação do MNCR e traça um breve histórico:

De lá pra cá nós começamos a trabalhar

Então o 1º Encontro Nacional de Catadores de Material Reciclável em BH, ele aconteceu em 1999 e teve as plenárias técnicas e dos catadores e nós ficamos tudo junto, só que a plenária foi mais técnica e nós catadores não entendíamos as palavras (...) e quando nós chegamos, fizemos uma divisão: os técnicos de um lado e nós catadores de outro e falamos que a plenária estava muito técnica, e dali sugerimos o Encontro Nacional de Catadores de Brasília, aí começamos nos reunir com o grupo, no começo foi quem construiu o grupo na hora, aquele lá e começamos a se encontrar, começamos com 5 Estados, começamos a fazer reuniões (...) De lá pra cá fomos fazendo reunião, aí em 2001 foi que nós fizemos o encontro em Brasília, o 1º Encontro Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis, de lá nós fizemos encontro com 17 Estados, com 1600 catadores e no 3º dia nós também somamos com mais 1500 moradores de rua, então deu 3100 catadores e moradores de rua, aí de lá, no final do encontro fizemos uma passeata, até o Congresso Nacional e lá dentro desse encontro é que foi constituído oficialmente o MNCR, então ele passou a existir realmente a partir de 2001 e lá fizemos eleições por Estado, saíram alguns representantes dos Estados do MNCR e de lá pra cá nós começamos a trabalhar.

⁹³ Em anexo.

O objetivo é brigar pela categoria

Também fizemos um Congresso Latino Americano em Caxias do Sul aonde a gente se reuniu com 800 catadores não só do Brasil como da Argentina, Uruguai, México e Canadá vieram como convidados e trocamos experiências, temos a Carta de Brasília e temos também a carta de Caxias do Sul⁹⁴ do encontro que foi elaborada por nós mesmos catadores lá dentro, então isso são pequenas conquistas que o MNCR hoje vem lutando pra categoria dos catadores. Isso é apenas o começo, então a gente procura passar isso, esses dados para as regiões pra que os catadores conheçam o que o Movimento anda fazendo e passando também pras bases que são as cooperativas, as associações que conheça o objetivo do MNCR, o objetivo é brigar pela categoria, é brigar onde tem catadores no lixão, que se faça uma política digna pros catadores que não só vai fechar o lixão, mas fechar e dar continuidade no trabalho pro catador sobreviver.

Tiramos a nossa conquista que foi a CBO, Classificação Brasileira de Ocupação, que toda profissão, antes de ser uma profissão ela passa por uma classificação, então nós fomos reconhecidos dentro da CBO como da família das ocupações, reconhecido oficialmente como catadores, como profissão dentro do Ministério ainda não, mas dentro da CBO nós já estamos reconhecidos oficial como Catadores de Materiais Recicláveis. E de lá nós vamos conquistando.

[Carlão pede a palavra e prossegue com mais esclarecimentos]:

Você pode falar com convicção: eu sou um catador

(...) o que é CBO para nós, categoria de catadores? É o que nos identifica como catador, porque em vários municípios, Estados, em vários locais do Brasil se fala assim: aquela pessoa que trabalha com material reciclável é um reciclador, não ele é um triador, não, ele é um carroceiro; pra nós, vamos falar da palavra reciclador, que nós ouvimos muito aí na nossa andança, então quando alguém chegar e

⁹⁴ Em anexo.

perguntar pra nós: qual é a tua profissão? Você pode falar com convicção: eu sou um catador. Por que catador? Porque dentro dessa categoria, dessa profissão catador, há várias funções: triador, prensista, então como nós conseguimos conquistar tudo isso? Mostrando dentro do Ministério do Trabalho, através de uma das instâncias pra alcançar o trabalho é a CBO, mostrando que dentro da categoria catados, nós temos várias funções. Um outro fator muito importante que nós temos que reconhecer que somos catadores, aqui eu vejo que todos reconheceram, todos sabem que são catadores (...). Agora vamos mais além: e se esses, essas iniciativas viessem para os recicladores? Nós somos recicladores, nós somos indústrias de reciclagem? Não, somos catadores: nós coletamos e damos o destino correto ao material, ainda não alcançamos essa parte da cadeia, né? Na minha fala, nós vamos explicar um pouco o significado de ser catador, a importância pra nós como catador pra aumentar a nossa auto-estima, a força que isso nos dá e para a sociedade e para as outras pessoas e para aqueles companheiros também que estão lá fora que hoje pra ele, ele nem sabe que existe “ser catador”.

O nosso trabalho ele possibilita a saúde pública

Qual a importância do trabalho de catador? Isso é muito importante para nós, todos nós aqui sabemos, mas é bom sempre lembrar: a importância para o poder público e para a sociedade. Nós somos importantes tanto para a Prefeitura, como para a sociedade, então nós como catadores, eles não estão fazendo nenhum favor pra nós, nós trabalhamos e o nosso trabalho, ele é importante, em qual sentido? Nosso trabalho economiza energia, dá maior vida útil aos aterros, gera renda para nós, ele gera matéria-prima porque nós coletamos e separamos adequadamente o material, gerou matéria-prima, automaticamente economiza recursos naturais, volta matéria-prima, voltou pras indústrias recicladoras e economizou, estamos preservando o meio ambiente, somos agentes ambientais também, isso está dentro da CBO. Nós fazemos a limpeza da cidade, quando nós vamos com as nossas carroças, nossos carrinhos ou até mesmo com a sua Perua, o seu caminhão da sua

associação, coletando, você está limpando a cidade e você só está deixando o rejeito, o orgânico, que muitas vezes nós até levamos e damos o destino certo para aqueles rejeitos, então o nosso trabalho ele possibilita a saúde pública, tudo isso que tá acontecendo com dengue, rato, tudo isso nós evitamos na limpeza, então nós fazemos uma educação ambiental quando nós chegamos nas casas e falamos do programa de coleta seletiva, quando falamos da importância desse trabalho e quando damos o destino certo, então nós fazemos uma educação ambiental também.

Nós estamos indo na contramão de tudo o que as pessoas pensam

(...) nós dentro de cooperativas e associações, nós trabalhamos dentro desse princípio da Economia Solidária e qual é a política que nós temos hoje? A política é a política do mercado, que é competição, individualismo, acúmulo de renda para uma pessoa só, só pra mim (...) isso não é solidariedade. Nós estamos indo na contramão de tudo o que as pessoas pensam. Princípios da Economia Solidária Popular, o que é isso? Para nós, como Movimento entendemos isso: solidariedade, coletivismo, distribuição de renda em partes iguais, por horas trabalhadas iguais, se você trabalhar mais, você ganha mais, se trabalhar menos, ganha menos e grupos auto-gestionários, que todas associações, cooperativas nós entendemos que seja gerenciada por catadores com apoio do poder público e da Sociedade Civil, com essa parceria, mas interno os catadores têm que se auto gerenciar, que se capacitar (...). O mercado aí fora, isso nós falamos e experiência, que nós sentimos isso na pele, nós somos catadores que puxamos carroça mesmo, os 4 aqui, viu? (...), o mercado ele tá tão competitivo que as empresas hoje viram que o nosso trabalho é rico, que eles tão vindo e empresário eles não vêm assim não, desorganizados, eles vêm com tudo, eles se organizam, (...) eles se preparam e nós catadores temos que dar esse tempo para nos capacitar, porque o negócio é nosso, nós temos que estar fazendo parte e tudo isso junto, isso é uma alternativa de trabalho e de vida (...)

A responsabilidade é diferente de obrigação, ela vem de dentro

Uma coisa que eu costumo sempre falar é: assumam responsabilidades (...). Então, automaticamente que nós estamos participando, nós estamos assumindo a responsabilidade. Eu li num livro uma vez que a palavra responsabilidade, ela é muito forte, porque a responsabilidade é diferente de obrigação, ela vem de dentro, companheirada, gravem isso mesmo no coração de vocês, automaticamente que nós temos responsabilidade, nós estamos comprando aquilo pra nós (...) tendo responsabilidade, vamos conquistar nossos direitos.

Essas são nossas bandeiras de briga

Formas de organização do movimento são: em cooperativas e associações de catadores em Economia solidária. As linhas de atuação são hoje: luta pela implantação de coleta seletiva com inclusão dos catadores, busca de parcerias, erradicação dos lixões com cidadania para todos os catadores. Não adianta fechar o lixão e pegar o catador, colocar no galpão sem capacitar. Adianta vocês pegarem o exemplo que aconteceu com vocês, bom, e passarem para outras pessoas. Adianta tirar o catador dali, que ele tá em má situação, tem que fechar o lixão e dar o destino correto para o catador, porque ele já estava trabalhando, ele tem direito ali, um direito conquistado por trabalho, não é por lei, é por trabalho. Legislação que traga direitos e benefícios para os catadores. Então essas são as diretrizes de briga, são nossas bandeiras de briga. Intercâmbio entre as regiões, que é isso que estamos fazendo aqui, vindo ter intercâmbio com vocês, trocar informações, entre Estados e Comissão Nacional.

4.1 Considerações

O discurso composto pelos gritos de luta, pela entoação e mensagens dos hinos, a presença da bandeira, situam o MNCR no campo da briga, da tradição dos movimentos sociais marcados pela disputa de forças entre trabalhadores (as) e empresários, numa recorrência à luta de classes e pela proposta de uma alternativa, de uma via para o alcance

dos direitos e cidadania negados com espírito de contracorrente: “*Nós vamos na contramão do que eles pensam*”. A força produzida por esse posicionamento ideológico vai alimentar a paixão pela causa, a crença na mudança e orientar a idéia da *responsabilidade*, “que vem do *coração*”, de lutar por uma questão maior e justa, pelos outros (as) oprimidos (as) “pelo sistema” que não encontraram, ainda, vias de mobilização: a questão deixa de ser individual para ser coletiva. Na idéia de coletividade ancora-se o sentido de grupo, o sentido de identidade e compartilhamento de experiências: “Aqui nós somos catadores de lixo, a gente cata lixo na rua e vem aqui fazer palestra”, “fazemos por aqueles que ainda nem sabem que existe o Movimento”.

Os argumentos em relação à saúde pública e ao meio ambiente, bem como a conquista oficial do reconhecimento da atividade de catação, garantem o trânsito e a legitimidade destas pessoas no universo social “oficial”, retirando das margens e das sombras, esse contingente de trabalhadores (as) no intuito de lhes conferir civilidade e cidadania numa moralidade inscrita no campo dos direitos, da “legislação que traga direitos e benefícios para os catadores”. Lançados (as) nessa perspectiva ampliada de Nortes e rumos em construção, mas já definidos - a via da Economia Solidária caracterizada pelos movimentos associativistas fundados numa outra ética, a da *solidariedade* - os ex-excluídos sociais (?) encontram espaços emancipatórios com os quais devem se familiarizar e que impõe outros tantos desafios e exigem uma reordenação da vida: “Nós somos importantes!”. É nesse ponto que focamos nossas análises para avaliar o quanto é possível avançar e o que significam esses avanços: de uma perspectiva estrutural, diante do atual cenário econômico, não há chances da Economia Solidária articulada em seu teor reformista, concorrer com a Economia de Mercado, mas afirmamos que no exercício de um outro olhar, é possível vislumbrar mudanças e denunciar contradições, explorações, precariedades para que possamos ter esperanças que forneçam a matéria de que são feitas as lutas, operadas a todo o momento e em todas as escalas, pela sobrevivência.



Considerações finais

Considerações finais

Pra Simone Weil, o exercício da inteligência consiste em olhar. Detidamente e com a atenção até que a verdade, por mais vulgar que seja, invada toda a alma. E se em muitos momentos nos referimos aos olhares neste trabalho, é porque lidamos com um campo de pesquisa que só se iluminou devido à persistência na abordagem e na prática da espera. A persistência na abordagem consistiu em estar presente, estar à escuta; a prática da espera, em respeitar a ‘lentidão’ dos tempos que buscava captar: os tempos dos sentimentos e das memórias em suas respostas às mudanças drásticas impressas nas vidas.

Refiro-me às várias reorientações *impostas* aos (às) catadores (as) no decorrer de suas trajetórias em busca de sustento num ritmo que ocorre em detrimento ao tempo medido às frações, através do capital que, nas palavras de Octávio Ianni, a tudo separa: separa as mãos e o corpo da mente formatando o homem-máquina. Separa, assim, o sentido das ações e gera o sofrimento profundo de trabalhar tanto, à exaustão (nos últimos cinco anos foram registradas dez mortes de cortadores/as de cana por esgotamento físico na região de Araraquara), labutar desde sempre como dizem D. Divina e D. Lurdes para nunca ter nada (ou tão pouco) e, ainda por cima, desaparecer em meio às estigmatizantes compaixões.

Por este motivo, tantas falas e tantos itálicos na construção deste texto o que, receio, podem tê-los (as) cansado também pelo conteúdo que se adensa à medida que entramos em contato com o universo de outras experiências. Enquanto inscrevia as palavras dos (as) catadores (as) nestas páginas, tinha a esperança de que encontrava uma maneira de vos lançar ao campo de pesquisa comigo, para nos unirmos a vozes tão pouco ouvidas e tecermos, por aí, as visibilidades. O risco é que quando estamos fiando, ficamos atentos (as) às mãos, ao movimento mais minucioso - vemos os fios se trançando perdendo, às vezes, a visão do todo. Mas há uma padronagem, sabemos que linhas e cores estamos usando.

Por isso, se algumas vezes este trabalho científico e humano se concentra, sobretudo, num nível que talvez possamos denominar ‘micro’, não significa que não sabemos exatamente onde essa fração se localiza. Nesse caso, os fazeres e modos de vida investigados pela pesquisa etnográfica, através de horas e horas de conversa e trocas de vivências, se localizam num panorama mais amplo de terrível exploração. Se *a grandeza do*

homem é recriar sempre a sua vida (Weil) e se é pelo trabalho que ele produz sua própria existência natural, não podemos descentralizar a labuta diária e preterir o fato de que recriar todo dia a vida abrindo sacos de lixo possa ser algo que se queira. Não podemos deixar de lembrar que só abrem os sacos, aqueles que não têm outra alternativa, os que foram para às margens das margens. Não é algo que possamos defender: que haja dignidade no meio do lixo apesar de, é claro, haver as esperanças, os sonhos, os projetos, as invenções diárias, o brilho inerente ao que é humano. E se acreditamos importante ressaltar os ‘pontos de vista da exclusão’ através sua própria narração dos processos aos quais estiveram/estão submetidos, é porque compreender suas perspectivas abre espaço para apreender as contradições e fazer “jorrar a luz” da compreensão, que é onde residem as energias para a luta.

Nesse sentido, a iniciativa associativa em curso, em seus meandros, representa de fato uma melhoria da qualidade das vidas no sentido também econômico, mas de mudança de um lugar de ‘exclusão’ - guardando a lucidez da perigosa imprecisão deste termo e, portanto, da impossibilidade de utilizá-lo como categoria de análise - para um lugar de maior visibilidade: quando reencontrei D. Lurdes com suas pulseiras e seu cabelos trançados (já a havia visto tão triste e doente e mal entendia suas palavras abafadas), vi a mudança inscrita no corpo e não me restaram dúvidas de que na Acácia é melhor, embora não seja essa, de fato a questão.

Neste longo trajeto do lixão à associação e, atualmente, diante de novas forças no sentido do resgate a uma inclusão formal, de um lugar reconhecido pelos avais burocráticos, houve mudança que podemos avaliar positivas. Queremos acreditar também, que as ações repensadas e bem direcionadas podem fazer essa diferença, mas devemos tomar cuidado com o excesso de confiança que nos amortece e faz com que tudo vire “cultural” ou “estrutural”: ouvi de um aluno desta universidade que comer lixo é cultural, ouço de Lena que “ali no lixão é uma cultura”, que o desemprego é estrutural, gerado por uma parte do mecanismo que não tem funcionado a ser reparado com saídas solidárias. Nesse sentido, tudo se transforma em algo natural, banaliza-se a desigualdade e a tudo se explica - antes, é importante olharmos com a atenção (Weil) e tentar *voltarmos nossa inteligência para o bem*, no sentido mais revolucionário que filantrópico.

•

Um pequeno passo para prosseguir:

São por dentro, na tecitura das vivências, os possíveis elaborados nas fronteiras: essas linhas-espacos do “quase” onde, cravadas as unhas, resignificamos e fundamos nosso estar no mundo; e resistimos contra o impossível da ignorância, da fome, da falta de vontade, da desigualdade cujos mecanismos vão pelas nossas “entranhas”. E lutamos pela vida, pela utopia, pela comida, pela felicidade, pela nossa língua, nossa pele, nossos “olhos de ver”. Mas como romper as linhas de dentro das subjetividades viciosas? Não acredito numa luta sem os acertos dos nossos avessos, sem o exercício de escuta e respeito, o despojamento da nossa arrogância, a possibilidade de sermos pequenos. Então poderemos “vestir a pele dos outros” – mas só quando pudermos nos ver por dentro.

(Resposta articulada à questão lançada em aula pelo professor Boaventura Sousa Santos em Coimbra, março de 2005: É possível distinguir as alternativas de dentro do capitalismo das alternativas ao capitalismo?)

•

Nota metodológica: o olhar

É na prática que se instalam as condições de transformação do impossível ao possível.

José de Souza Martins

Em aventura científica, à captura im-precisa do real, as reflexões epistemológicas e a construção de espaços para as práticas de pesquisa definem-se no jogo entre os universos objetivo, externo, total, dado e subjetivo, interpretado, vivenciado. Do novo espírito científico, dedutivo, mediato, às percepções mais espontâneas que emergem do diálogo sujeito-objeto, percorremos os lugares nos quais se revelam histórica e simbolicamente as relações sociais e nesse exercício da construção das ciências, encontramos, centrais, cortes e recuperações das pré-noções em sua “simplicidade tentadora” (Bachelard, 1968).

Na dinâmica das transformações da sociedade atual, em meio à emergência de novos processos culturais-econômicos-políticos, nos deparamos com objetos e lugares que instigam abordagens repensadas e, nesse sentido, focamos o processo metodológico e perseguimos a descoberta além da prova porque sabemos de um real constituído historicamente adiante das imediatas representações, mas também por elas. Neste deslocamento, coloca-se em jogo as macro abordagens construídas pelas preocupações e elaborações do pensamento clássico. Reflete-se sobre o empírico, discute-se o erro: deslocamos o olhar e reelaboramos o foco.

Na ordem dos impasses paradigmáticos assim gerados, em meio à sugerida fragmentação pós-moderna os discursos polarizam esferas e visualiza-se, dentre outras instâncias, o cotidiano como local para a compreensão da construção dos fatos - incorporam-se interpretações primeiras e a aparência ultrapassa o sentido de ilusão:

O cotidiano, campo do senso comum, recebe sobre si os estigmas e a representação que ele mesmo provoca. Mas será a vida cotidiana somente esse rigor ideológico, essa doutrina da alienação? Não terá ele também um outro vigor imperante de encantamentos e utopias? Não terá ela um “extraordinário” escondido em algum lugar da vida e que renova quase que instantaneamente com ternura esse vigor? [Grifos do autor] (Castro, 1997, p.28)

A compreensão da subjetividade, do caráter simbólico, das experiências, das representações tecidas nas interações sociais, nos processos de socialização-ressocialização,

passa a compor a reflexão objetividade-cientificidade das Ciências Sociais. Este movimento de reelaboração de uma sociologia que abarque e concilie a teoria clássica, fundamental, às abordagens das questões trazidas pelas novas configurações do mundo indica a importância de perceber a dupla dimensão da realidade social, de compreender *o sentido* do estrutural e as formas pelas quais o homem se organiza.

Relembrando Foucault (1970), o objeto das ciências humanas é o sujeito que, no interior das formas de produção que organizam e constituem sua existência, constrói a representação das suas necessidades e desejos, a representação da “sociedade pela qual, com a qual ou contra a qual se satisfaz” (p.23). Trata-se, assim, de pensar as totalidades, as relações de dominação e poder trazidas pelo desenvolvimento incansável da lógica capitalista levando em conta o experimentado pelos sujeitos em capacidade reflexiva e interpretativa de si e dos processos que regem sua existência. Tais questões anunciam o jogo entre o real definido em relação à sua totalidade anterior e externa e sua apreensão individual realizada de interpretações, de recortes multiculturais, que se revelam, nesse processo, identitários; o jogo entre o todo e as partes, o coletivo e o particular, o macro e o micro, o *totem* e a experiência.

Neste redesenho teórico-epistemológico delineiam-se propostas que, num mesmo movimento, negam e recuperam as teorias clássicas para a elaboração de consensos heurísticos que considerem complexidades e inter-relações, que alarguem fronteiras de ação social, que equilibrem a antinomia particularismo-universalismo em direção ao reencantamento do mundo, à *pluralidade de mundividências* (Martins, 1998). À caça dos espaços dos indivíduos inscrevem-se referências, linguagens, percursos que sublinham, em diferentes vertentes, a questão do ator social, da pessoa. Procuramos, no equacionamento indivíduo-sociedade, os sujeitos em seus significados, as convergências e discontinuidades que indiquem mecanismos estruturais e reconciliem leis gerais com dia-a-dia. Integramos o senso comum e partimos do indivíduo, desvendamos intersubjetividades no experimentado sem que o método seja em teoria em si, mas caminho à problematização dos conflitos globais, dos fazeres, desta miséria avassaladora e estrutural:

O senso comum é comum não porque seja banal ou mero e exterior conhecimento. Mas porque é conhecimento compartilhado entre os sujeitos da relação social. Nela o significado

a precede, pois é condição de seu estabelecimento e ocorrência. Sem significado compartilhado não há interação. (Martins, 1998, p.04)

Muitas vezes, nesse movimento onde o olhar se desloca em direção a novos lugares de análise, sabemos que estamos em contato com o escondido, com as diversidades sufocadas por processos mais gerais fundados em lógicas produtivistas, instrumentais e, justamente por sabermos de tudo e também estarmos aqui, presos a essas lógicas não somos capazes de reconhecer o que vemos. E o que vemos é descrito e compreendido, valorizado, reencontrado sim, mas a partir do olhar cujo teor é constituído com base em um tipo de racionalidade que se quer a única maneira de viver e de se relacionar com o tempo, o espaço, o cotidiano, o mundo.

A crítica ao teor do olhar não é novidade no campo das ciências humanas - está presente nos estudos sobre culturas, como fundamento das teorias antropológicas, nos estudos sobre alteridade-identidade, nas etnografias, na Sociologia de Benjamin, em Leibniz e em inúmeros outros campos de tradição teórica - e pode ser hoje um aprendizado para a compreensão de diversos fazeres sociais inscritos pela necessidade primeira da sobrevivência. Nos lugares onde a sobrevivência mais objetivada (comer, beber, respirar...) é obstruída constantemente residem mecanismos e fazeres muitas vezes não incluídos nos discursos oficiais como conhecimento e luta cotidiana.

Nesse sentido, Santos (2002c) propõe, através de uma elaboração epistemológica e metodológica que coloca em questão não só o lugar da análise, mas o sentido da razão ocidental capitalista, uma sociologia que revele as realizações cotidianas legítimas, porém não legitimadas pelo modelo racional dominante e, portanto, *ausentes* aos olhos oficiais - uma coerência entre experiências e expectativas, fundamento das mudanças no agora.

Os silêncios, as necessidades e as aspirações impronunciáveis só são captáveis por uma sociologia das ausências que proceda pela comparação dos discursos disponíveis, hegemônicos e contra-hegemônicos, e pela análise das hierarquias entre eles e dos vazios que tais hierarquias produzem. (p. 30)

Esta idéia pode aprofundar as discussões em pauta ao procurar a reconstituição do teor do nosso olhar para além dos lugares e focos e talvez para uma reorientação interna

mesmo do pesquisador, seja um ativista social, um agente que vivencia experiências sociais excludentes ou alguém que se sensibilizou com as questões relacionadas a todas as formas da exclusão que desvalorizam, oprimem e apartam.

Rumo à objetiva apreensão do real, estabelecido filosoficamente em diversas acepções, elabora-se método e instrumentos, organiza-se base epistemológica. Classifica-se, a partir daí, os objetos passíveis de conhecimento, os fatos sociais. Definidos como coisas, exteriores e anteriores às representações dos sujeitos (Durkheim, 1987); como fragmento finito da realidade social infinita (Weber, 1979); como resultado de múltiplas determinações, composto de aparência, primeira etapa do conhecimento, e essência, conjunto de mediações para a compreensão (Marx, 1981), os fenômenos sociais estendem-se, em nossas mãos, às análises, interpretações e desvendamentos.

Temporalmente a realidade se transforma e anuncia novidades, exige reelaborações, apresenta novos casos - talvez se disponha mais complexa e numerosa de questões, talvez tenha se fragmentado, apresentando aspecto caótico, talvez tenha se aberto em muitos focos que se sobrepõe ao que esteve centralizado nos últimos duzentos anos. O fato é que as transformações costuradas através dos tempos têm reunido muitos esforços de interpretação e reorganização de uma abordagem que tenha eixo epistemológico e coerência de investigação.

A própria necessidade de reorganização aponta para uma perda de orientação de equacionamento das desestruturas sociais, objetivo mais íntimo do sociólogo, geradas pelas relações capitalistas de poder descritas por Marx e discutidas pelos pensadores daquele século. Se essencialmente o problema é o mesmo - o contínuo desenvolvimento do modo de produção capitalista que repisa exclusões, desigualdades, abismos éticos, ecológicos, violência, que reproduz relações de poder reafirmadores desses processos -, também é verdadeiro que haja novas formas. É verdade que o equacionamento deve ser repensado e, acredito, no sentido ainda de profunda transformação dos padrões vigentes. Nesse sentido, é fato que o foco central se pulverize em outros, múltiplos e que busquemos orientações para tratar, problematizar e agregar esses desfolhados núcleos novamente à questão central gerada desde o início do desenvolvimento do atual modelo econômico.

Diante da mundialização dos processos produtivos e seus mecanismos de dominação nos deparamos com a questão dos regionalismos e procuramos os sujeitos, os

narradores desse processo. Procuramos perceber como se estabelecem as inclusões econômicas implicadas - até que ponto? - por exclusões culturais e perdas de sentido identitário. Quem sabe, são essas as questões que podem alargar o campo de compreensão do humano para o sentido de sua realização e sobrevivência completas e dignas, realizadas no agora possível⁹⁵, e não projetadas para um futuro utópico, em detrimento do ‘salve-se que puder’!

Nesse caminho, estruturam-se muitas reflexões tanto de natureza epistemológica - estão em xeque os clássicos? - quanto de natureza estritamente procedimental - como os meandros da pesquisa podem revelar chaves para o entendimento? Como a prática metodológica pode produzir objetividade, sem cair em relativismos ou se fechar em si mesma? De qualquer forma são ricas as discussões alavancadas pelos impasses deste mundo de agora, porque trazem como fundamento a própria necessidade que temos, homens e mulheres destes tempos, de compreensão dos nossos caminhos e processos individuais-coletivos, de como sermos e estarmos aqui.

Está em Weber a preocupação de interpretar a ação social e explicá-la em relação causal, de conceber a realidade ao mesmo tempo como objetiva e subjetiva. No período entre guerras, por conta da preocupação em compreender as intensas transformações em curso, despontam a Sociologia do Conhecimento e a Fenomenologia, ambas marcadas pela elaboração do empírico: uma nova objetividade pode ser obtida “... não por meio da exclusão de valorações e sim através da percepção e do controle crítico destas”. (Bastos, 1998, p.37); trata-se de percebermos os significados presentes no mundo do “indivíduo consciente” (Schutz, 1972). Lançam-se, assim, as bases para o estudo do cotidiano rumo à percepção da história social.

Nesse mesmo sentido, em meio a continuadas e desestruturantes transformações, Martins, 1998 declara que “*A História bloqueada pelo capital e pelo poder fez da vida cotidiana o refúgio para o desencanto de um futuro improvável*” (p.01). Como nova fronteira de análise foca-se a *sociabilidade*, definida por “circunstâncias imaginárias” e significados compartilhados, experimentada no espaço do dia-a-dia, onde exercitamos contradições e descontinuidades: espaço de captação de movimentos criativos, “contrapesos

⁹⁵ A *lógica do possível* está proposta por Henri Lefebvre (1972) associada à idéia dos *resíduos*, o que não pode ser apreendido pelos poderes e carrega, assim, a necessidade do novo que anuncia possibilidades.

da soberania do capital e do poder”, espaço da articulação da mudança, da “reversão simbólica”. Espaço das experiências multiculturais. Das particularidades.

Se o Estado não é mais a fronteira aglutinadora ou o campo das respostas e se esse movimento inscreve-se agora em conciliação com o nível do sujeito, é inevitável pensar que, se por um lado a existência se realiza plena de sentidos, lugar dos contrafluxos do poder, por outro, um movimento amplo de ação é sufocado pela distância política real (no sentido de articulação, engajamento, consciência) entre esses sentidos e a condição de sua realização coletiva. Nesse ponto faz-se necessário o foco estrutural-teórico, ainda que seja imprescindível o deslocamento do olhar para as especificidades numa “(...) *profunda reflexão epistemológica sobre o conhecimento científico*” (Santos, 2002c, p.71).

Em meio ao impasse do imobilismo, da perda das esperanças, é importante ampliar a definição de senso comum e estabelecer que seu caráter de campo de potencialização de mudanças fundamenta-se na compreensão de que o conjunto dos significados compartilhados que o compõe é reinventado continuamente:

A reprodução social (...) é reprodução ampliada de capital, mas é também reprodução ampliada de contradições sociais: não há reprodução de relações sociais sem uma certa produção de relações – não há repetição do velho sem uma certa criação do novo, mas não há produto sem obra, não há vida sem História. Esses momentos são momentos de anúncio do homem como criador e criatura de si mesmo. (Martins, 1998, p.06).

Pensar e trabalhar o senso comum, o que é, como é constituído, como está mediado, por exemplo, pelos canais de comunicação, através da história oral ou reconstituição de trajetórias, ou ainda de histórias de vida⁹⁶ implica pensar o controle metodológico da subjetividade, em criar parâmetros que permitam o trato científico. Um dos caminhos é lembrar que todo dado pressupõe elaboração teórica e que a captação empírica não se reduz em mera observação - ela se estabelece em procedimentos metodológicos que devem se dispor, por sua vez, como “teorias em atos”. Todas as técnicas de pesquisa são também “técnicas de sociabilidade socialmente qualificadas” (Bourdieu, 2000), sendo que não existem, assim, perguntas ou posturas neutras.

⁹⁶ Dentro da tradição da história oral, “A história de vida é técnica que capta o que sucede na encruzilhada da vida individual com o social”, constituindo um momento específico da pesquisa, encerrando um conjunto de depoimentos em busca do esclarecimento de um problema contido na estrutura social. (Queiroz, 1988, p.36)

Vivendo, reinventamos, dispomo-nos, em movimento ora criativo, ora repetitivo de inércia e desalento, todos os dias; e todos os dias produzimos e falamos do que nos acontece, memórias de idéias acabadas e inacabadas: quebra-cabeças de peças que se encaixam de muitas maneiras e que nos dão o desenho dos elementos que nos compõe, das estratégias que nos permitem continuar. Abrimo-nos à escuta e às palavras ditas e percorremos, na segurança do norte metodológico, os meandros das frases e de trechos em trechos reconstituímos trajetórias buscando nelas, em cuidadosas técnicas de seleções, apurados recortes, os apontamentos que nos permitirão deduzir sentidos das ações, o *indizível* (Queiroz, 1988). Recriamos, entrevistadora e entrevistado (a), as histórias, vasculhamos e trazemos à tona as memórias num processo de reconstrução das experiências do passado. Encontrando os atores em pleno movimento de existência, eles se encontram e nos encontramos também. E rememoramos.

○

Bibliografia

ABREU, Maria de Fátima. *Do lixo à cidadania: estratégias para a ação*. Brasília: Unicef/Caixa Econômica Federal, 2001.

ADAMETES, Claudia Megale. *O olhar da inclusão: possibilidades de pesquisa de campo com catadores de lixo*. São Paulo, 1999. Dissertação (Mestrado em Sociologia). FCLAR/UNESP.

AGIER, M. O sexo da pobreza. Homens, mulheres e famílias numa “avenida” em Salvador da Bahia. *Tempo Social*, v.2 (2), 2º.sem., p.35-60, 1990.

ARANHA FILHO, José. *Tribos eletrônicas: metáforas do social, Comunicação&Política*, v.3, nº.1, jan/abr, Cebela, 1996.

ARAÚJO, Lídice Maria Silva de. *Trabalho, sociabilidade e exclusão social: o caso dos bagulhadores do lixão de Aguazinha*. Recife, 1997. Dissertação (Mestrado em Antropologia Cultural), CFCH/UFP.

AZEREDO, Verônica Gonçalves. *Os recicladores de miséria*. Rio de Janeiro, 1999. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) Escola de Serviço Social, UFRJ.

AZEVEDO, Vera; JUNCÁ, Denise Chrisóstomo de Moura. Terra de margaridas: vidas no compasso do lixo. *Cadernos do CEAS*, nº. 157, p.67-79, 1995.

BACHELARD, Gaston. *O novo espírito científico*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1968.

BANDEIRA, Marcos. *A luta de catadores de lixo em Jangurussu*. Fortaleza: Sociedade Comunitária de Habitação Popular do Bairro Jangurussu, 2001.

BARROS, M. de. Memória e família. *Estudos Históricos*, v.2, p. 29-43, 1989.

BASTOS, E. A fenomenologia e as ciências sociais: a problemática da sociologia do conhecimento. *Epistemologia das ciências sociais. Série Cadernos PUC*. São Paulo: EDUC, 19, 1998.

BENJAMIN, Walter. *O narrador*. Textos Escolhidos, trad. José Lino Grünewald, 2ª ed., São Paulo: Abril Cultural, 1983. (Coleção Os Pensadores)

BERTAUX, Daniel. *Destinos pessoais e estrutura de classe*. 3ed., Rio de Janeiro: Zahar, 1987.

BILAC, Elizabeth. Convergências e divergências nas estruturas familiares no Brasil. *Ciências Sociais Hoje*, v.12, p. 70-95, 1991.

BOSI, Ecléia. *Memória e Sociedade: lembranças de velhos*. São Paulo: Cia, das Letras, 1994.

BOUFFARTIGUE, Paul. Métamorphoses de l' "armée industrielle". *La Revue Societé Française*, v. 5, p.59-64,1993.

BOURDIEU, Pierre. *A miséria do mundo*. 1ed., Rio de Janeiro: Vozes, 1997.

BOURDIEU, Pierre. et alli. *A profissão de sociólogo: preliminares epistemológicas*. S. Paulo: Vozes, 2000.

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

BRURSTYN, Marcel. (org.) *No meio da rua: nômades, excluídos e viradores*. Rio de Janeiro: Garamond, 2000.

BRURSTYN, Marcel; ARAÚJO, Carlos Henrique. *Da utopia à exclusão: vivendo nas ruas de Brasília*. Rio de Janeiro: Garamond, 1997.

BUARQUE, Cristovam. *O colapso da modernidade brasileira e uma proposta alternativa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

BUARQUE, Cristovam. *O que é apartação*. 1ed., São Paulo: Brasiliense, 1993.

BURKE, Peter. Uma história social do lixo. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 09 de dezembro, 2001. *Mais*, p.15.

CANEVACCI, C. *Dialética da família*. (org.). São Paulo: Brasiliense, 1981.

CARDOSO, Ruth. (b) *A valorização do voluntariado*. Disponível em: <<http://www.comunidadesolidária.org.br>>. Acesso em: 02/08/2001

CARDOSO, Ruth. (c) *O desafio da responsabilidade: cidadania empresarial no Brasil e Estados Unidos*. Artigo retirado da *Internet*, dezembro, 1999. Disponível em: <<http://www.comunidadesolidária.org.br>> Acesso em: 10/10/2001.

CARDOSO, Ruth. (d) *Fomentando parcerias por um Brasil melhor*. Artigo retirado da *Internet*, dezembro, 1999. Disponível em: <<http://www.comunidadesolidária.org.br>>. Acesso em: 10/10/2001.

CARDOSO, Ruth. (Org.). *A aventura antropológica*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

CARDOSO, Ruth. *Estratégias de empresas no Brasil: atuação social e voluntariado*. São Paulo: Programa Voluntários do Conselho da Comunidade Solidária, 1999.

CARDOSO, Ruth. *Sete lições da experiência da comunidade solidária*. Documento organizado como consequência dos debates desencadeados pelo Seminário "Estratégias

Inovadoras de Parceria no combate à exclusão Social. Artigo retirado da *Internet*, janeiro, 2000. Disponível em: <<http://www.comunidadesolidária.org.br>>. Acesso em: 10/10/2001.

CARTA DE BRASÍLIA. Brasília, 2001. Disponível em <www.lixo.com.br/marcha.html>. Acesso em: 30/07/2001

CARTA DE CAXIAS DO SUL. Caxias do Sul, 2003. Disponível em <www.entrecicle.com.br>. Acesso em 19/02/2003

CARVALHO, I.; LENIADO, R. Pobreza urbana e ação social. *Cadernos do CEAS*, v.141, set./out., p.19-34, 1992.

CASTEL, Robert. *De l' indigence à exclusion, la désaffilurdestion. Precarité du travail et vulnérabilité relationnelle*. In: DONZELOT, J. Face à l' exclusion: le modèle français, 2^a. ed., Paris: Esprit, 1991.

CASTRO, Gustavo de. ...Da fragilidade do homem-rede. In: Coord. Gustavo Castro et. al. *Ensaio de complexidade*. Porto Alegre: Sulina, 1997.

CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano*. Artes de fazer. 4ed. Petrópolis: Vozes, 1999.

COHEN, N. *O papel do voluntário na sociedade moderna*. Fundo de Cultura Brasil-Portugal, 1964.

COHEN, Yolanda. História oral: uma metodologia, um modo de pensar, um modo de transformar as Ciências Sociais? *Ciências Sociais Hoje*, v.15, p.267-275, 1993.

CORULLÓN, M. *Relatos de voluntários*. Programa de Promoção do Voluntariado do Conselho Comunidade Solidária, 2000.

COSTA, Fernando Braga. *Homens Invisíveis: relatos de uma humilhação social*. São Paulo: Globo, 2004.

COSTA, Idalina Farias. *De lixo também se vive*. Recife: Massangana, 1986.

COZZETI, Nestor. Lixo: marca incômoda da modernidade. *Ecologia e desenvolvimento*, Rio de Janeiro, v. 11, nº 96, p.10-15, set. 2001.

DaMATTA, Roberto. *A casa e a rua: espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1985.

DEJOURS, C. *A banalização da injustiça social*. Rio de Janeiro: FGV, 2000.

DHOME, Vera. *O futuro do voluntariado*. Sessão de palestras sobre o Ano Internacional do Voluntariado, 2001. PUC-SP.

DIAS, J. (coord.) *São Paulo: dinâmicas e transformações. Indicadores demográficos, sociais, econômicos e urbanísticos por zonas e distritos*. São Paulo: Instituto de Políticas Públicas Florestan Fernandes, 2000.(CD-ROM)

DURKHEIM, Émile. *As regras do método sociológico*. Trad. Maria Izaura Pereira de Queiroz. São Paulo: Nacional, 1987.

EDITAL. Olinda é aqui. *O Imparcial*. Araraquara, setembro, 1994.

EIGENHEER, Emílio Maciel; SERTÃ, Francisco de Assis Rodrigues. *Lixo: entender para educar*. Rio de Janeiro: MG Ed.,s/d.

FALCONER, A. *A promessa do terceiro setor: um estudo sobre a construção do papel das organizações sem fins lucrativos e seu campo de gestão*. Dissertação (Mestrado em Economia), FEA/USP, 1999.

FARIA, J. *Capacitação Solidária: adaptação social ou qualificação para o mercado de trabalho?* Dissertação (Mestrado em Economia), IE/PUC-SP, 2000.

FASPG (Fundo de Assistência Social do Palácio do Governo). *Documento do voluntariado social do Estado de São Paulo*. Institucional, São Paulo, 1978.

FLORA, Marilena Cabello di. *Mendigos: por que surgem, por onde circulam, como são tratados?* Rio de Janeiro: Vozes, 1987.

FONSECA, Cláudia. Aliados e rivais na família: o conflito entre consangüíneos e afins em uma vila portualegrense. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v.2, nº 4 jun. p.89-105, 1987.

FONSECA, Cláudia. Trabalho e cotidiano: o que condiciona o quê? *Estudos Econômicos*, v. 22, p.25-47, 1992.

FOUCAULT, Michel. *As palavras e as coisas*. Lisboa: Portugalia, 1970.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

FREUND, Julien. Prefácio. XIBERRAS, Martine. *As teorias da exclusão: para uma construção do imaginário do desvio*. Lisboa: Instituto Piaget, 1993.

GIDDENS, Antony. *As conseqüências da modernidade*, São Paulo:Unesp, 1991.

GOFFMAN, Erving. *Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. 4ed., Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

GOLDBERG, Ricardo. *Como as empresas podem implementar programas de voluntariado?* Manual organizado pelo Instituto Ethos (Empresas e responsabilidade Social) em parceria com o Programa Voluntários. Disponível em: <http://www.ethos.org.br> . Acesso em: 03/04/2000.

GONÇALVES, Raquel de Souza. *Catadores de materiais recicláveis: estudo de suas trajetórias de vida, trabalho e saúde*. Rio de Janeiro, 2003. Projeto de Dissertação de Mestrado, (Mestrado em saúde Pública). Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro. (Mimeo)

GREGORI, Maria Filomena. *Viração: experiências de meninos nas ruas*. São Paulo: Cia. das Letras, 2000.

GROSSI, Gabriele. Os badameiros: a descoberta do lixo. *Cadernos CEAS*, Salvador, nº 182, p.67-84, jul./ago., 1999.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. 2ed., São Paulo: Vértice, 1990.

HELLER, Agnes. *O cotidiano e a História*. 3ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

IANNI, Octávio. *A Sociedade Global*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996.

IANNI, Octávio. *Enigmas da modernidade-mundo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

JUNCÁ, Denise Chrisóstomo de Moura. Da cana para o lixo: um percurso de desfiliação? *Serviço Social e Sociedade*, 63, ano XXI, julho São Paulo: Cortez, 2000.

JUNCÁ, Denise Chrisóstomo de Moura. *Mais que sobras e sobrantes: vida e trabalho no lixo*. Rio de Janeiro, 2004. Tese (Doutorado em Saúde Pública) – Fiocruz, Rio de Janeiro, 2004.

KANITZ, S. *Filantropia estratégica*. Manual produzido para o programa *Comunidade Solidária*, 2001. Disponível em: <<http://www.comunidadesolidaria.org.br>>. Acesso em: 12/03/2001

KOWARICK, Lúcio. Cidade e cidadania: cidadão privado e subcidadão público. *São Paulo em Perspectiva*, v.5 (2), abr./jun., p.2-8, 1991.

KRAMER, Roberto. *O potencial das redes eletrônicas de comunicação para o fortalecimento da ação das ONGs em países do Terceiro Mundo: o exemplo do Brasil*, 1998. Disponível em: <<http://www.comunidadesolidaria.org.br>>. Acesso em 12/06/2001

KRAMER, Roberto. *Para além do mercado e do estado: filantropia e cidadania no Brasil*. Rio de Janeiro, RJ: Núcleo de Pesquisa/ISER, 1993.

LANDIM, Leila. *Doações e trabalho voluntário no Brasil*. Rio de Janeiro: Núcleo de Pesquisa/ISER, 2000.

LEFEBRE, Henri. *A vida cotidiana no mundo moderno*. São Paulo: Ática, 1991.

LEGASPE, Luciano. *Reciclagem: a fantasia do ecocapitalismo - um estudo sobre a reciclagem promovida no centro da cidade de São Paulo observando a economia informal e*

os catadores. 1996. Dissertação (Mestrado em Geografia), Faculdade de Geografia. USP, São Paulo.

LEVI-STRAUSS, C. *Mito e Significado*. Rio de Janeiro: Perspectivas do Homem/Edições 70, 1989.

LEWIS, Oscar. *Los hijos de Sanchez: autobiografia de una familia mexicana*. São Paulo: Perspectivas do Homem, 1967.

LOBO, Elizabeth Souza. Caminhos da sociologia no Brasil: modos de vida e experiência. *Tempo Social*. V. 4 (1-2), p.7-15, 1992.

MARCHI, A.; SOSA, M. *Para o Brasil dar certo... Faça parte, faça a sua parte*. (coleção org. por Villela, Maria.) Editora virtual Fundação Educar Dpascoal. Disponível em <<http://www.educar.com.br>> 2000.

MARTINS, José de Souza. "O senso comum e a vida cotidiana". *Tempo Social*; USP, São Paulo, 10 (1): 1-8, maio, 1998.

MARTINS, José de Souza. *A sociedade vista do abismo: novos estudos sobre exclusão, pobreza e classes sociais*. Petrópolis: Vozes, 2002.

MARZOCHI, S. *O sentido da comunicação: o significado da inserção de ONGs em redes eletrônicas no contexto da cultura de massa e das organizações internacionais*. Dissertação (Mestrado em Comunicação), IFCH/UNICAMP, 2000.

MILITO, Claudia; SILVA, Hélio R. S. *Vozes do meio-fio*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1995.

MILLS, Charles Wright. *A imaginação sociológica*. 6ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

MITCHELL, Juliet. Mulheres: a revolução mais longa. *Revista de Civilização Brasileira*, v. 4, 1967.

MOTT, Maria Lúcia de Barros. Maternidade, políticas públicas e benemerência no Brasil (1930-1945). (Mimeo)

MOURA, Milton.; GONALVES, Roberto. Os badameiros: o lixo das profissões ou a profissão do lixo. *Cadernos do CEAS*, v. 124, p. 13-21, 1989.

NASCIMENTO, Elimar Pinheiro do. A exclusão social no Brasil: algumas hipóteses de trabalho e quatro sugestões práticas. *Cadernos do CEAS*, nº 152 (jul./ago.), p.57-67, 1994a.

NASCIMENTO, Elimar Pinheiro do. Exclusão: a nova questão social. *Revista Proposta*, nº 61, p.40-43, 1994c.

NASCIMENTO, Elimar Pinheiro do. Hipóteses sobre a nova exclusão social: dos excluídos necessários aos excluídos desnecessários. *Cadernos CRH*. nº 21(jul./dez.), p.29-47, 1994 b.

NERFIN, M. "Neither prince nor merchant: citizen. A introduction to the third system". Paper apresentado a ARENA/UNO workshop on "Alternative Development Perspectives in Asia", Bali, Indonesia., mar. 1996.

NEVES, Delma Pessanha. A miséria em espetáculo. *Serviço Social e Sociedade*, nº 47, abril, 1995.

NUNES, Edson. Carências e modos de vida. *São Paulo em Perspectiva*, v. 4 (2) abr./jun., p. 2-12, 1990.

OLIVEIRA, Edson Nunes. (Org.). *A aventura sociológica*. 2 ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

PAIXÃO, L. Significado da escolarização para um grupo de catadoras de um lixão. *Cadernos de Pesquisa*, v.35, nº.124, jan./abr. São Paulo, 2005.

POLLAK, Michel. Memória e identidade social. *Estudos históricos*. v. 3(10), p. 200-214, 1992.

POSTER, Mark. *Teoria crítica da família*. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

PRALON, E. *A cidadania invisível: políticas de assistência social*. Dissertação (Mestrado em Sociologia), FFLCH-FI/USP, 1999.

PUTNAM, Robert. *Bowling Alone: The Collapse and Revival of American Community*. New York Press, 2000.

QUEIROZ, Maria Izaura Pereira de. Relatos orais: do 'indizível ao 'dizível'. In: SIMSON, Olga de Moraes Von. *Experimentos com histórias de vida*. São Paulo: Vértice, 1988.

RELATÓRIO DA COMISSÃO GULBENKIAN sobre a reestruturação das Ciências Sociais. *Para abrir as Ciências Sociais*. Lisboa: Publicações Europa-América, 1996.

RODRIGUES, José Carlos. *Higiene e ilusão: o lixo como invento social*. Rio de Janeiro: Nau, 1995.

RODRÍGUEZ, César. À procura de alternativas econômicas em tempos de globalização: o caso das cooperativas de recicladores de lixo na Colômbia. Trad. Manuel Del Pino, In: SANTOS, B. S (org.) *Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002 Coleção: Reinventar a Emancipação Social. (2)
SALES, Patrícia. *A transformação fundamental*. Disponível em <<http://www.comunidadesolidária.org.br>>. Acesso em: 02/08/2001

SANTOS, Boaventura de Sousa. (org) *Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002 Coleção: Reinventar a Emancipação Social. (2)

SANTOS, Boaventura de Sousa. (org.) *Democratizar a democracia: os caminhos da democracia participativa*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. Coleção: Reinventar a Emancipação Social. (1)

SANTOS, Boaventura de Sousa. Para uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências. *Revista Crítica de Ciências Sociais*. 63, outubro, 2002.

SARTI, Cynthia Andersen. *A família como espelho: um estudo sobre a moral dos pobres*. 1 ed., São Paulo: Autores Associados, 1996.

SCHUTZ, Alfred. *Fenomenologia del mundo social* (Introducción a la sociologia comprensiva) Trad. Nestor Míguez. Buenos Aires: Amorrortu Editores, 1972.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação e Realidade*, v.16 (2) jul./dez., p.5-22, 1990.

SCOTT, Joan. Pobreza e cidadania: dilemas do Brasil contemporâneo. *Caderno CRH*, v.13, jul./dez., p.8-22, 1993.

SILVA, Felipe Luiz Gomes e. Os profetas de uma terra prometida: o terceiro setor. 2005 (Mimeo)

SINGER, Paul; de SOUZA, A. *A economia solidária no Brasil*. S.P.: Contexto, 2000.

SOUZA, Jessé de. *A Construção Social da Sub-Cidadania: Para Uma Sociologia Política da Modernidade Periférica*, Ed. UFMG, 2003.

SPOSATTI, Aldaíza. (coord.) Mapa da exclusão/inclusão social da cidade de São Paulo: dinâmica social dos anos 90, 2001a (CD-ROM produzido por Polis/INPE/PUC-SP).

SPOSATTI, Aldaíza. "O papel do voluntariado nas transformações sociais". PU-Primeiro Congresso Brasileiro do Voluntariado (1-4/julho), 2001b. (Palestra em vídeo)

TELLES, Vera da Silva. A pobreza como condição de vida. Família, trabalho e direitos entre as classes trabalhadoras urbanas. *São Paulo em Perspectiva*, v.4 (2), abril/junho, p. 37-46, 1992.

TELLES, Vera da Silva. *Pobreza e cidadania*. São Paulo, USP: Editora. 34, 2001.

THIOLLENT, M. *Crítica metodológica, investigação social e enquete operária*. São Paulo: Polis, 1985.

THIOLLENT, M. *Metodologia da pesquisa-ação*. São Paulo: Cortez, 1988.

THOMPSON, E. P. *A miséria da teoria - o termo ausente: experiência*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

TOQUEVILLE, Aléxis de. *Democracia na América*. Trad. Neil Ribeiro da Silva, [Posf.] Antonio de Paim, 3 ed., São Paulo: Edusp, 1987.

TOURAINÉ, Alain. *Face à l'exclusion*. In: BRAUDILLARD, Jean et alli. *Citoyenneté et urbanité*. Paris: Esprit, 1991. p.165-173.

TURNER, Robert. *Construindo comunhão de causa com as Nações Unidas*. Disponível em <[http:// www.comunidadesolidaria.org.br](http://www.comunidadesolidaria.org.br)>. Acesso em :10/10/2001

WEBER, Max. *A objetividade do conhecimento nas Ciências Sociais*. In: COHN, G. (Org.) *Max Weber: Sociologia*. São Paulo: Ática, 1979. (Coleção Grandes Cientistas Sociais, 13)

WEIL, Simone. *A condição operária e outros estudos sobre a opressão*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

XIBERRAS, Martine. *As teorias da exclusão: para uma construção do imaginário do desvio*. Lisboa: Instituto Piaget, 1993.

ZALUAR, Alba. (org.) *Essas pessoas a quem chamamos população de rua*. (Texto do I Seminário Nacional sobre População de Rua, 1992). *Cadernos do CEAS*, nº 151, maio/junho, p. 23-58, 1994.

ZALUAR, Alba. *A máquina e a revolta: as organizações populares e o significado da pobreza*. São Paulo: Brasiliense, 1985.

PERSPECTIVA COLETA

- 3.000Kg/semana
- 4,5 semanas x 3.000Kg = 13.500Kg/mês
- 13.500Kg/mês x R\$0,29 = R\$ 3.915,00/mês
- R\$ 3.915,00/10cat = R\$ 391,50/catador/mês

Relação Retirada x Número de Catadores

	CATADORES	VALOR/DIA	RETIRADA
SET	39	14,81	385,06
OUT	42	11,54	300,04
NOV	45	14,5	377

DECLARAÇÃO DE PRINCÍPIOS , OBJETIVOS E BASES DE ACORDO DO MOVIMENTO NACIONAL DOS CATADORES - MNCR

I - INTRODUÇÃO

O Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis MNCR vem promovendo Encontros Regionais com objetivo de fortalecer a formação dos catadores organizados no MNCR

- A partir destes encontros foram constituídos Comitês Regionais que têm como propósito:
- dar condições aos catadores de discutir e trocar experiências sobre as suas diversas realidades e planejar ações conjuntas.
 - Efetivar a relação da Comissão Nacional com os diferentes grupos de catadores das regiões visando o estabelecimento das Bases Orgânicas
 - Potencializar a articulação estadual com a criação de uma Coordenação Estadual de Catadores(as) de Materiais Recicláveis a partir dos Comitês Regionais.

II - PRINCÍPIOS E OBJETIVOS DO MNCR

ARTIGO 1º - O Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis - MNCR, trabalha pela 'auto gestão e organização'¹ dos catadores através da constituição de Bases Orgânicas, em que a 'participação' de todos os(AS) catadores(AS) que querem ajudar a construir a luta de seus direitos, seja um direito internamente garantido, mas também um dever do catador com o Base Orgânica, com um critério de democracia direta² em que todos tem voz e voto nas decisões, conforme critérios constituídos nas bases de acordo;

ARTIGO 2º - O MNCR tem na 'ação direta popular'³, bem como outras formas de mobilização, um princípio e método de trabalho, que rompe com a apatia, a indiferença e a acomodação de muitos companheiros(as), que parta desde a construção inicial dos galpões e sua manutenção, não esperando que caia tudo pronto do céu, e até as mobilizações nas grandes lutas contra a privatização do saneamento básico e do lixo, contribuindo para a preservação da natureza, mas também lutando pelo devido reconhecimento e valorização da profissão dos catadores ;

ARTIGO 3º - O MNCR busca garantir a 'independência de classe'⁴ em relação aos partidos políticos, governos e empresários, mas também lutando pela gestão integrada dos resíduos sólidos com participação ativa dos catadores organizados, desde a execução da coleta seletiva com catadores de rua, até a triagem e o beneficiamento final dos materiais, buscando tecnologias viáveis que garanta o controle da cadeia produtiva, firmando com os poderes públicos contratos que nos garantam o repasse financeiro pelo serviço prestado a sociedade, e cobrando das empresas privadas, produtora industrial dos resíduos o devido pagamento pela nossa contribuição na reciclagem.

ARTIGO 4º - No MNCR, ao contrário do individualismo e da competição, buscamos o 'apoio mútuo'⁵ entre os companheiros(as) catadores(as), e praticando no dia a dia das lutas a 'Solidariedade de Classe'⁶ com os outros movimentos sociais, sindicatos e entidades, brasileiras e de outros países. E desta forma ir conquistando "o direito à cidade", local para trabalho e moradia digna para todos, educação, saúde, alimentação, transporte e lazer, o fim dos lixões e sua transformação em aterros sanitários, mas com a transferência dos catadores para galpões com estruturas dignas, com coleta seletiva que garanta a sustentação de "todas as famílias", com creches e escolas para as crianças.

- 4.7- Respeitar os acordos entre os catadores das Bases Orgânicas do MNCR e grupos sobre a distribuição de pontos e áreas de coleta, levando em conta a necessidade de sobrevivência de todos e a localidade histórica e prioritária dos catadores nas regiões das cidades.

5- COM RELAÇÕES AS PARCERIAS.

5.1- Estabelecer parcerias que contribuam com a comunidade, com as Bases Orgânicas e que sejam ambientalmente responsáveis.

5.2- Estabelecer parcerias em que os parceiros se comprometam com os catadores(a) de Materiais Recicláveis através de um termo de cooperação mútua.

5.3- Ter os seguintes critérios para o estabelecimento de parcerias com universidades ou centros de pesquisa:

- 1) Atendimento aos critérios e demandas do MNCR;
- 2) Registro das informações (Bibliografia)
- 3) Retorno dos Projetos desenvolvidos às Bases Orgânicas;
- 4) Garantia do repasse de resultados às Bases Orgânicas.

5.4- Divulgar solidariamente para as Bases Orgânicas informações sobre parcerias, projetos de financiamento e novas tecnologias .

5.5- Buscar informações sobre a idoneidade e (ética) dos que propõem parcerias, sua trajetória e se estão de acordo com os conceitos e princípios do MNCR.

6- COM RELAÇÃO AS POLÍTICAS PÚBLICAS E ATOS PÚBLICOS.

6.1- Comprometer-se com a luta para o desenvolvimento e reconhecimento da categoria, participando e contribuindo nas discussões e ações do MNCR no município, estado e país.

6.2- Participar das discussões para a construção de Políticas Públicas nos âmbitos Municipal, Estadual e Nacional tendo como referência a postura do Movimento Nacional de Catadores(as) expressa na Carta de Brasília, Carta de Caxias e a Declaração dos Princípios, Objetivos e Bases de Acordo do MNCR..

6.3- Criar meios para estabelecer intercâmbios e trocas de informações sobre Políticas Públicas as Bases Orgânicas promovendo uma rede de discussão e articulação entre elas.

6.4- Garantir que todo Ato Público que tenha a participação do MNCR com sua simbologia seja aprovado pelo Coordenação Estadual e que as informações sejam encaminhadas à Secretaria Nacional Itinerante., a fim de legitimar a ação

6.5- As articulações de Políticas Públicas e manifestações não deverão ter ligação religiosa ou partidária garantindo a independência da classe

6.6- Garantir a unidade de ação direta das Bases Orgânicas em todas as mobilizações do MNCR

7 – TERMO DE ADESÃO DAS BASES ORGANICAS AO MNCR AO MNCR

Através deste nós organizados como membros da

_____ (cooperativa, associação, entreposto, ou

grupo)

Vimos firmar nosso compromisso como base orgânica do MNCR, expressando nosso acordo com os seus princípios e objetivos, bem como os critérios expressos nas bases de acordo, ao qual comprometemo-nos a dar consequência prática;

Subscrevemo-nos:

Assinam membros da coordenação e da Base

_____ de _____ de 200 ____.

Significado dos Conceitos:

¹ Ver com Ivania

³ "Ação direta" é um princípio e método que carrega o sentido do protagonismo do povo auto organizado, ou seja é o povo que deve fazer diretamente as transformações, com o exercício de suas próprias forças, união, organização e ação, sem viver esperando para que os outros façam por nós, que caia do céu como um milagre ou um presente, sem que nos esforcemos para isso;
A ação direta pode ser da pessoa para o grupo, do grupo para a base, da base para o movimento, e do movimento para a sociedade;

⁴ "A independência de Classe" é o princípio histórico que orienta a luta do povo na busca pela nossa verdadeira emancipação das estruturas que nos dominam; Significa que a união do povo, nossa luta e organização, não pode ser dividida por diferenças partidárias, nem se deixar manipular ou corromper pelas ofertas que vem das classes dominantes, governos e dos ricos;
Não significa ignorar as diferenças, sabemos que elas existem e são saldáveis, porem estas, não podem ficar acima do movimento a ponto de dividido. O acordo com este princípio é o que pode contribuir para que não sofreremos manipulações futuras;

⁵ O "Apoio Mútuo" ou Ajuda Mútua é o princípio que orienta nossa atitude para a prática que contribui para a construção da solidariedade e da cooperação, é contrario aos princípios da competição, do egoísmo, do individualismo e da ganância;

⁶ A "Solidariedade de Classe" é o princípio histórico da união de todos os pobres. Sabemos que a sociedade que vivemos está dividida em classes: pobres e ricos, Opressores e oprimidos, os que mandam e os que obedecem. Nosso povo faz parte das classes Oprimidas, como um setor dentro delas, porem existem vários outros setores de classes oprimidas pelo sistema capitalista, como: os sem terra, os sem teto, os índios, os negros e kilombolas, os trabalhadores assalariados, etc. ... É importante compreendermos isso pois em nossa luta sozinhos, não venceremos, a verdadeira vitória só pode ocorrer com uma profunda transformação da sociedade, ou seja, onde não existam mais ricos ou pobres, opressores e oprimidos, mas sim liberdade e igualdade. Para construirmos essa nova sociedade temos que construir na luta a "solidariedade com todos os setores das classes Oprimidas".



CARTA DE BRASÍLIA: 1º Congresso Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis

Os participantes do 1º Congresso Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis, realizado em Brasília nos dias 4, 5 e 6 de junho de 2001, que contou com a participação de 1.600 congressistas, entre catadores, técnicos e agentes sociais de dezessete estados brasileiros, e os 3.000 participantes da 1ª **Marcha Nacional da População de Rua**, no dia 7 de junho do mesmo ano, apresentam a toda a sociedade e às autoridades responsáveis pela implantação e efetivação das políticas públicas, as reivindicações e propostas que seguem. E o fazem contando com a força nascida de um longo processo de articulação, apoiado pelo **Fórum Nacional de Estudos sobre População de Rua**, que teve seu ponto alto no 1º **Encontro Nacional de Catadores de Papel**, realizado em Belo Horizonte, MG, em novembro de 1999, onde decidiu-se pela organização do presente Congresso.

Conscientes da nossa cidadania e da importância do trabalho que desenvolvemos e das tecnologias por nós elaboradas, já qualificadas em mais de cinco décadas de atuação cotidiana, tomamos a iniciativa de apresentar ao Congresso Nacional um ante-projeto de lei que regulamenta a profissão **catador de materiais recicláveis** e determina que o processo de industrialização (reciclagem) seja desenvolvido, em todo o país, prioritariamente, por empresas sociais de catadores de materiais recicláveis.

1. Em relação ao Poder executivo, propomos:

- 1.1 - Garantia de que, através de convênios e outras formas de repasse, haja destinação de recursos da assistência social para o fomento e subsídios dos empreendimentos de Catadores de Materiais Recicláveis que visem sua inclusão social por meio do trabalho.
- 1.2 - Inclusão dos Catadores de Materiais Recicláveis no Plano Nacional de Qualificação Profissional, priorizando sua preparação técnica nas áreas de gestão de empreendimentos sociais, educação ambiental, coleta seletiva e recursos tecnológicos de destinação final.
- 1.3 - Adoção de políticas de subsídios que permitam aos Catadores de Materiais Recicláveis avançar no processo de reciclagem de resíduos sólidos, possibilitando o aperfeiçoamento tecnológico dos empreendimentos com a compra de máquinas e equipamentos, como balança, prensas etc.
- 1.4 - Definição e implantação, em nível nacional, de uma política de coleta seletiva que priorize o modelo de gestão integrada dos resíduos sólidos urbanos, colocando os mesmos sob a gestão dos empreendimentos dos Catadores de Materiais Recicláveis.
- 1.5 - Garantia de que a política de saneamento tenha, em todo o país, o caráter de política pública, assegurando sua dimensão de bem público. Para isso, sua gestão deve ser responsabilidade do Estado, em seus diversos níveis de governo, em parceria com a sociedade civil.
- 1.6 - Priorização da erradicação dos lixões em todo o país, assegurando recursos públicos para a transferência das famílias que vivem neles e financiamento para que possam ser implantados projetos de geração de renda a partir da coleta seletiva. E que haja destinação de recursos do programa de **Combate à Pobreza** para as ações emergenciais.



CARTA DE CAXIAS DO SUL

Somos 800 Catadoras e Catadores e representamos milhares de companheiras e companheiros do Brasil, do Uruguai e da Argentina. Queremos compartilhar com todas as pessoas a rica experiência de lutas, dificuldades, sonhos e conquistas vividas neste Congresso.

Esta luta não começou agora. Ela é fruto de uma longa história de mulheres e homens que, com seu trabalho de Catadores, garantiram a sobrevivência a partir do que a sociedade descarta e joga fora.

É uma história em que descobrimos o valor e o significado do nosso trabalho: coletando e reciclando materiais descartados, somos agentes ambientais e contribuimos com a limpeza das cidades.

A organização de associações e cooperativas criou a possibilidade de trabalho e renda para os setores mais excluídos da sociedade.

Por tudo isso, o trabalho e as organizações dos Catadores são uma luz que aponta na direção de um novo modelo de desenvolvimento para nossas cidades e para nossos povos. Nossa experiência mostra que todas as pessoas podem ser muito mais felizes e saudáveis. Basta dar valor a tudo e reciclar tudo o que for possível, reciclando a própria vida.

Por que há, no entanto, tanta gente que não vê isso e não se junta a nós?

O Congresso nos ajudou a entender o que vivemos no dia-a-dia: fazemos parte de sociedades em que valem mais as mercadorias do que as pessoas e a natureza. Só se dá valor às coisas que se pode vender para aumentar os lucros. Tudo que sobra - até mesmo as pessoas - é jogado fora. Não se presta atenção ao que é tirado da natureza para fazer as coisas que compramos, e menos ainda ao que acontece com a natureza a partir do que se joga fora.

A mesma dominação capitalista que gerou essa mentalidade está exigindo, nos últimos anos, uma liberdade total para as grandes empresas e bancos fazerem negócios em todo o mundo. Ela não respeita nada, nem mesmo a cultura e a soberania dos povos. Usa até mesmo a guerra para consumir armas e como instrumento para se apropriar do resto das riquezas naturais do Planeta.

Em nossa América, a ALCA é o caminho escolhido para colocar nossos povos sob o domínio do império econômico e militar estadunidense. Sua implantação retirará de nossas mãos o poder de decidir sobre o nosso destino. Perderemos o poder de decidir sobre o melhor uso das riquezas existentes, como a água e a biodiversidade, bem como o de escolher a melhor maneira de reciclar os resíduos sólidos, reciclando, ao mesmo tempo, a nossa vida e a vida de toda a sociedade.

Não aceitamos esse projeto dos capitalistas. Ele é portador de exclusão e de morte para a maioria da humanidade. Nossa experiência de Catadoras e Catadores nos mostra que é possível e já estamos abrindo um caminho novo e diferente, portador de vida para todas as pessoas e para o meio ambiente da vida.

Olhando para o futuro e com grande esperança, os participantes do 1º Congresso Latinoamericano de Catadores assumem e convidam as pessoas e povos a assumirem com eles os seguintes compromissos:

1. lutar em favor da organização de todos os Catadores e Catadoras em associações ou cooperativas, reforçando os Movimentos dos Catadores existentes, superando a fome e a exclusão por meio de iniciativas que gerem trabalho e renda;

GRITOS DE GUERRA

- O catador organizado/ Jamais será pisado!
- Com luta, com garra/ o trabalho sai na matra!
- Chega, acabou/ as regalia/ é o Poder da periferia!
- Povo na rua/ é pra lutar/ pra construir o Poder Popular!
- Ganhamo a rua hoje pra lutar/ Resistência Popular!
- Nós tamo aqui / é pra lutar / não vamos recuar!
- Um, dois, três, quatro, cinco mil / estamos defendendo a natureza do Brasil!
- Tem que engolir / tem que aturar/ é Resistência Popular!
- Criança no lixo/ nunca mais/ o lugar é na escola/ e junto com os pais!
- Não há mudança/ sem liberdade/ ação direta/ no campo e na cidade!
- Povo unido/ é povo forte/ não teme a luta/ não teme a morte!
- O povo unido jamais será vencido!
- Che, Zumbi, Antônio Conselheiro/ Na luta por justiça/ Somos todos companheiros!

MÚSICAS E GRITOS DE LUTA



MOVIMENTO NACIONAL

DOS CATADORES DE

MATERIAIS RECICLÁVEIS